

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL - UNIJUÍ**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, CONTÁBEIS,  
ECONÔMICAS E DA COMUNICAÇÃO – DACEC  
CURSO DE JORNALISMO**

**MARIELE GREFF DA SILVA**

**ANÁLISE NARRATIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O  
FEMINICÍDIO: O CASO ALINE KALL, EM SANTA ROSA**

**IJUÍ  
2020**

**MARIELE GREFF DA SILVA**

**ANÁLISE NARRATIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O  
FEMINICÍDIO: O CASO ALINE KALL, EM SANTA ROSA**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do  
Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, como requisito parcial  
à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vera Lucia Spacil Raddatz

**IJUÍ  
2020**

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul  
DACEC – Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da  
Comunicação

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia

**ANÁLISE NARRATIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA SANTA-ROSENSE  
SOBRE O FEMINICÍDIO**

Elaborada por  
MARIELE GREFF DA SILVA

Como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Vera Lucia Spacil Raddatz (Orientadora) – DACEC / UNIJUÍ

---

Prof<sup>ª</sup> Danieli Hartmann Antonello – DACEC / UNIJUÍ

Ijuí, de 2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois graças a Ele e a sua misericórdia, me manteve em segurança durante toda a minha vida acadêmica, tanto em Ijuí como em Frederico Westphalen. Se não fosse por Ele, não estaria aqui e não teria feito absolutamente nada durante todos estes anos.

Em segundo, agradeço minha família, meus pais, Marli de Oliveira e Valmir Greff da Silva, que sonharam e acreditaram em mim. Também a Lilica e a Ramona que madrugaram comigo nos dias frios durante os últimos meses. A minha avó, Edy Haack de Oliveira que nos deixou enquanto este trabalho era escrito. E acrescento em minha correção, a minha irmã do coração, Fernanda Freitas Cavalheiro, que sempre me apoiou e esteve comigo durante esta caminhada, inclusive comemorando a aprovação deste trabalho, mas que infelizmente nos deixou precocemente.

Aos meus amigos e professores, que durante a pandemia do Coronavírus mandaram virtualmente suas energias positivas, de ânimo e esperança.

E por último agradeço à minha orientadora, Prof. Dra. Vera Spacil Raddatz, que aceitou conduzir meu trabalho, além de ter muita paciência e dedicação.

Levo todos que passaram pelo meu caminho e os momentos que vivemos em meu coração. Muito obrigada!

## RESUMO

Diariamente mulheres morrem pelo simples fato de serem mulheres. Esta monografia propõe-se a fazer uma Análise da Narrativa (MOTTA, 2013) da cobertura realizada no único feminicídio do primeiro semestre de 2020, ocorrido em Santa Rosa, estado do Rio Grande do Sul, no dia 11 de março de 2020. Para tanto, são analisadas as matérias publicadas no período pelas mídias on-line e impressa do Jornal Noroeste e Jornal Gazeta Regional, on-line do Portal Plural News, Gaúcha ZH e portal G1 sobre o caso Aline Kall, observando como o jornalismo tem aplicado a ética, de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, na sua narrativa. Entende-se que o Jornalismo é capaz de promover a produção de conhecimento (GENRO FILHO, 1987) e de ser um elemento importante para a construção social da realidade (TRAQUINA, 2005). Metodologicamente, esta pesquisa ampara-se ainda numa análise da caracterização dos personagens na narrativa, de acordo com os movimentos metodológicos propostos por Motta (2013). Os resultados apontam para os significados propostos pelas narrativas feitas pelas mídias analisadas sobre o tema feminicídio, mostrando como a vítima e o autor do crime são retratados pelo narrador, e como o Jornalismo pela sua linguagem é fundamental na construção de pontos de vista e de reflexão na sociedade sobre temas tão emergentes como o feminicídio.

**Palavras chave:** Jornalismo; Feminicídio; Caso Aline Kall; Ética; Narrativa.

## **ABSTRACT**

Women die daily for the simple fact of being women. This monograph proposes a narrative analyses (MOTTA, 2013) on the press coverage of the only femicide in the first semester of 2020 in Santa Rosa, state of Rio Grande do Sul, on March 11. For this purpose, articles published by Jornal Noroeste and Jornal Gazeta Regional online and printed vehicles and Portal Plural News, Gaúcha ZH and Portal G1 online vehicles about the case Aline Kall, noting the manner journalism has been applying ethics according to Brazilian Journalists Ethic Code in their narrative. Journalism is capable of promoting knowledge building (GENRO FILHO, 1987) and of being an important element for reality social construction (TRAQUINA, 2005). Methodologically, this research is sustained by a characters characterization analysis in the narrative, according to the methodological movements proposed by Motta (2013). The results indicate the meaning proposed by the analyzed media narratives about the subject femicide, presenting how the narrator pictures victim and offender and how journalism by its language is fundamental for building points of view and reflection about subjects so emergent in societies as femicide.

**Keywords:** Journalism; Femicide; Case Aline Kall; Ethic; Narrative.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - 33 minutos após o crime .....	40
Figura 2 - Vítima foi identificada .....	42
Figura 3 - Autor do crime continua sendo o personagem principal .....	44
Figura 4 - Autor é considerado suspeito .....	47
Figura 5 - Estampado na contracapa de sexta-feira .....	49

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	9
<b>2. FEMICÍDIO: DA DESIGUALDADE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b> .....	11
2.1 Desigualdade de gênero .....	11
2.2 Origem do termo Femicídio .....	16
2.3 Indicadores da violência contra a mulher .....	18
<b>3. O JORNALISMO E A NARRATIVA</b> .....	20
3.1 O jornalismo no mundo e no Brasil .....	21
3.2 A teoria na prática .....	24
3.3 Ética na comunicação .....	31
<b>4. ANÁLISE DAS NARRATIVAS</b> .....	35
4.1 Metodologia .....	35
4.2 Análise narrativa da cobertura jornalística .....	39
4.2.1 O primeiro relato .....	39
4.2.2 A identificação .....	41
4.2.3 Panorama estadual .....	44
4.2.4 Panorama nacional .....	46
4.2.5 Estampado na contracapa .....	48
4.3 Compromissos do jornalismo ao noticiar o feminicídio .....	50
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55



## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O jornalista, desde o início da sua produção, tenta seguir normas e técnicas, sendo elas de organização e de ética. Cabe a esse profissional escolher a melhor forma de como o assunto será abordado, noticiado e informado.

A proposta desta análise é investigar a forma da narrativa abordada no tema feminicídio, além de como os sentidos foram produzidos nas matérias, destacando como as informações foram noticiadas para o público, se houve a abordagem do contexto social envolvido nas mortes por questão de gênero, e se houve o papel fundamental do Jornalismo como agente social.

O assunto surgiu a partir do caso de feminicídio ocorrido em Santa Rosa, cidade onde resido atualmente. Quando mais um caso de feminicídio é relatado, outras mulheres morrem juntamente com a vítima. Ao saber do caso, senti-me motivada a reunir as narrativas dos jornais e sites da região, e analisar como o caso foi relatado.

A partir disso foram definidos alguns critérios para observar a narrativa, como: ‘quem foi o personagem principal nas abordagens desses sites’, ‘o termo feminicídio foi destacado’ e ‘como a mulher, ou melhor, a vítima foi relatada’, questionamentos estes que serão respondidos ao longo desta monografia.

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada numa parte bibliográfica, onde se discute o jornalismo e suas rotinas, e em uma parte empírica, que se debruça sobre as práticas jornalísticas em relação à abordagem do feminicídio em jornais, a partir de um estudo de caso. A parte empírica inicia com uma clipagem de notícias nas versões impressas e on-line, dos jornais Noroeste e Gazeta Regional, que continham a palavra feminicídio em seu texto. Além do site santa-rosense Portal Plural News e os correspondentes que são eles, Gaúcha ZH e G1. A maioria das notícias eram hard news, ou seja, eram mais objetivas e que não recebiam uma continuidade e que nem aprofundaram o assunto, focando no assassinato como caso isolado.

A clipagem ocorreu entre o período de outubro de 2019 e março de 2020, nos textos analisados, a única notícia que recebeu cobertura foi da morte da enfermeira Aline Kall, 29 anos, ocorrida na noite de 11 de março de 2020, no município de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul. Aline foi morta pelo policial civil Andrei Ribas, 39 anos, lotado na Delegacia de Polícia de Santo Cristo. Ele a matou com tiros de revólver e depois cometeu suicídio. O caso foi escolhido como objeto de estudo por ser o único feminicídio ocorrido em Santa Rosa, durante os seis meses de clipagem.

Para o estudo, no segundo capítulo, fundamentou-se a discussão sobre as desigualdades de gênero nos contextos social, bíblico e científico com o apoio da obra *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história* (COLLING, 2014). Para o entendimento sobre o feminicídio, precisava-se destacar as lutas pelas mulheres ao longo dos anos, além de abordar aspectos legais do tema e as leis brasileiras, o que tornou possível denunciar, aqueles que cometessem quaisquer crimes contra as mulheres. E por último destacar os indicadores da violência contra as mulheres tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Rosa.

No terceiro capítulo, com o apoio da obra *O estudo do jornalismo no século XX* (TRAQUINA, 2011), é destacado como surgiu o jornalismo, quais as suas principais características tanto no mundo como no Brasil. Na sessão seguinte, para entender como as narrativas serão analisadas, são necessárias teorias, aplicadas diariamente no jornalismo, e para entendê-las, foi usada a obra *Teorias do Jornalismo - Porque as notícias são como são* (TRAQUINA, 2005), onde são discutidas as teorias e as formas de escrever uma notícia ou reportagem. Outra característica importante e fundamental no jornalismo é a ética na comunicação, para a análise foi usada a obra *Ética na Comunicação* (BARROS FILHO, 2003), também para a análise foi usado o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

No quarto capítulo, são apresentadas as análises das clipagens feitas durante o período. Para a metodologia foi usada a obra *Análise Crítica da Narrativa* (MOTTA, 2013), bem como foram abordadas as narrativas para a construção de significados, e como estas podem ser trabalhadas para a reflexão e mudança de compreensões, no caso de um feminicídio. Ou seja, o capítulo destaca como a área da comunicação deve abordar o tema, de forma que o público seja capaz de refletir sobre a gravidade de um crime.

## **2. FEMICÍDIO: DA DESIGUALDADE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

A luta das mulheres perante a sociedade percorre séculos. Mulheres estas que não tinham voz eram submissas e viram suas histórias serem contadas por uma sociedade patriarcal. A opressão da mulher é resultado das sociedades orientais e ocidentais. Suas lutas diárias foram e são principalmente pela igualdade de tratamento e direitos, no âmbito pessoal e profissional e a história vem testemunhando e registrando uma série de violências de gênero, entre elas, o feminicídio, tema deste capítulo.

O termo feminicídio surge de uma teoria feminista, usado primeiramente por Diana Russel, seguido de Marcella Lagarde. Criado para destacar a morte das mulheres, apenas por serem mulheres. A luta contra o feminicídio ganha força no Brasil perante a criação e oficialização da Lei 13.104/2015.

Apesar de lutas, debates e leis, homens ainda continuam tratando mulheres de forma inferiorizada e violenta, tirando suas vozes e suas vidas. Todos os casos de tentativas ou consumação de feminicídios do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município de Santa Rosa estão enumerados nos indicadores da violência contra a mulher.

Neste capítulo, a proposta é destacar os passos rumo à igualdade entre os sexos, e discutir por qual motivo devemos continuar debatendo, quando mulheres ainda perdem seu direito de viver, apenas por serem mulheres.

### **2.1 Desigualdade de gênero**

Desde o princípio, o mundo é caracterizado pelas diferenças, sendo elas de ordem econômica, cultural, social, racial e/ou sexual. É notório a desigualdade de gênero em sociedades do mundo, sendo ocidentais ou orientais. Contudo, as pessoas passaram a questionar e impor-se a estes abusos, lutando pela igualdade de tratamento.

Segundo Ana Maria Colling, na obra *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*, “A partir do século XIX, o lugar das mulheres dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores. (2014, p. 12) Ou seja, desde o século XIX, as mulheres tiveram suas vidas representadas e contadas por homens. Eles escreviam as próprias histórias, que eram apresentadas como universais, já as das mulheres, eram ocultadas, tornando-as invisíveis. Os homens foram responsáveis pelas construções conceituais e hierarquizadas dos sexos,

assumindo valores diferentes, como se as mulheres necessitassem, por natureza, serem submissas, dirigidas e controladas por um homem. Ou seja, historicamente, o patriarcado sempre colocou as mulheres em uma posição socialmente inferior, de submissão, circunstância que refletiu nas áreas profissionais, econômicas, acadêmicas e jurídicas.

Para criar uma relação entre masculino/feminino, inicialmente faz-se uma viagem no tempo, buscando compreender ambos os conceitos. Quando se analisa a categoria gênero questiona-se os papéis sexuais e os fatores que constroem ou caracterizam um gênero de outro. A desigualdade entre homens e mulheres não é determinada única e exclusivamente pela diferença biológica entre os sexos, mas também por uma construção social, pois quando crianças são educadas de acordo com o que a sociedade considera apropriado, como por exemplo, associar brinquedos ou cores para cada sexo. Além disso, desde o princípio a mulher foi considerada o sexo frágil, que deveria obedecer aos homens, considerando-os superiores. “Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política”, (COLLING, 2014, p.28). A autora explica o contexto:

No início dos anos 80 teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público – do trabalho, educação, política, etc. A categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. (COLLING, 2014, p.27).

A opressão da mulher é resultado de uma cultura secular de discriminação e segregação de âmbito público. Na história, as mulheres gregas eram excluídas do mundo do pensamento e do conhecimento. Até o século XVIII, os gregos condicionaram o corpo feminino unicamente como “apto para a maternidade”, para a reprodução. As mulheres romanas foram legitimadas através da instituição jurídica, em que o homem tinha todo o poder, seja ele sobre a mulher, filhos, servos e escravos. Na Psicanálise, sexo feminino é definido negativamente em relação ao masculino, para Sigmund Freud, mulheres são homens castrados.

Na Idade Média, marcada pela Igreja Católica<sup>1</sup> os pensamentos de Platão e Aristóteles foram incorporados pela religião cristã, colaborando para impor a inferioridade da mulher,

---

<sup>1</sup> Aquelas que frequentavam a Igreja Católica só podiam receber a comunhão se levassem o véu à cabeça. As solteiras, virgens, um véu branco, as casadas o cinza, e as viúvas, o preto. Só podiam receber a comunhão mulheres “decentemente” vestidas: nada de decotes, saia curta e ombros à mostra.

como o relato da criação da mulher, sua parte na tentação de Adão e sua condenação por Deus, a qual teve efeitos sobre a imagem da dignidade do feminino. Também durante o período medieval e moderna, tanto a Igreja Católica como a protestante perseguiram todas aquelas mulheres, que procuravam aprofundar os seus conhecimentos ou que estivessem no caminho da magia. Milhares de mulheres foram marginalizadas, torturadas e mortas durante a “caça às bruxas”, que esconderam muitas vezes as perseguições políticas.

No século XIX, a mulher se torna o “anjo do lar”, sua sexualidade feminina se torna uma sexualidade passiva, que tem uma configuração do modelo da domesticidade.

Um discurso negativo apresenta as mulheres como criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, curiosas, indiscretas, incapazes de guardar segredo, pouco criativas, em especial nas atividades do tipo intelectual ou estético, temerosas e covardes, escravas de seu corpo e de seus sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, inconsequentes, histéricas, vaidosas, traidoras, invejosas, incapazes de serem amigas entre elas, indisciplinadas, desobedientes, impudicas, perversas, etc. (COLLING, 2014, p.45).

Mas é também no século XIX que começam as lutas pela igualdade de gênero, denominado feminismo<sup>2</sup>. O movimento começou a ganhar força principalmente na Inglaterra, conhecida como a primeira onda do feminismo, ela ficou marcada pelos atos do direito ao voto. As sufragistas, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres. A mais marcante foi em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, em que a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do rei Jorge V, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido, apenas cinco anos depois.

No Brasil, a primeira onda do feminismo foi em 1910, liderada por Bertha Lutz, também por manifestação do direito ao voto. Bertha foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino<sup>3</sup>. O direito de voto às mulheres foi conquistado após 22 anos, em 1932, quando promulgado o Novo Código Eleitoral.

Apenas em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, constituiu o primeiro reconhecimento explícito da condição de igualdade entre homens e mulheres. O seu primeiro artigo destaca que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

---

<sup>2</sup> Diferente do machismo - que é a supremacia de homens com as mulheres - o feminismo é para a igualdade de direitos, o feminismo é a luta para desconstruir o machismo.

<sup>3</sup> A organização fez campanha pública pelo voto, em 1927 levaram um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei que dava o direito de voto às mulheres.

Ainda durante a primeira onda do feminismo, em 1930, na Europa, Estados Unidos e Brasil, os atos perderam força e só apareceram novamente, com importância, na década de 1960. Após estes 30 anos, o movimento tornou-se particularmente importante para o mundo ocidental, com o surgimento do movimento hippie, na Califórnia, que propôs uma nova forma de vida, que contrariava os valores morais, propagando seu famoso lema: “paz e amor”. Foi também durante essa época que surgiu um medicamento chamado Enovid, que mudou a relação da mulher com a fertilidade. A droga, antes usada para tratar desordens menstruais, foi a primeira pílula anticoncepcional<sup>4</sup> da história. O tom revolucionário da novidade estava até em sua publicidade, que fazia referência à figura mitológica Andrômeda. O contraceptivo foi o símbolo da libertação sexual das mulheres, que dava a elas, pela primeira vez na história o controle da própria fertilidade e a opção de fazer sexo quando quisesse, sem o temor de engravidar.

Na Europa ainda durante a década de 1960, as mulheres, pela primeira vez, falaram diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. Ou seja, o feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas também para que ela tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

Em 1964, o papa João Paulo II se propõe a dizer “a verdade” sobre o homem e mulher, colocando desta forma a igualdade entre ambos no ponto de vista da humanidade.

O papa João Paulo II, na Carta Apostólica *Mulieris dignitatem*, em um capítulo intitulado “A dignidade da mulher”, consolida com fontes bíblicas a igual dignidade da mulher e do homem contra a discriminação e a inferioridade a que a história tem condenado o gênero feminino. (COLLING, 2014, p.75)

Já o Brasil, durante o mesmo período, teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. Ou seja, enquanto Europa e Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas igualitárias, no Brasil, era um momento de repressão total da luta política legal. Mais especificamente, em 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo e de outro, os militares. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, através do Ato Institucional n.5 (AI-5).

---

<sup>4</sup> Primeiro lançado nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha.

Em 1980, o país finalmente entra em uma grande fase na luta pelos direitos das mulheres, com o surgimento de inúmeros grupos e coletivos tratando de temas como a violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo e opções sexuais.

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi apenas em 1984 com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), além de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas em medidas protetivas para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política. Nessa época uma das questões centrais foi a luta contra a violência doméstica, surgindo conseqüentemente Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM<sup>5</sup>), e as criações da Lei Maria da Penha (Lei número 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei número 13.104/2015), que determinou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em 2013, o papa Bento XVI, sucessor de João Paulo II, renunciou ao comando maior do Vaticano. Ele demonstrou em variadas ocasiões o pensamento conservador e moralista de seu papado, principalmente na defesa da família, acusando o movimento feminista e os homossexuais pelo seu desmantelamento.

Após a renúncia, de Bento XVI, o cardeal Bergoglio assumiu o papado. Chega então o papa Francisco, de rosto alegre, evangelizador e misericordioso, aberta às necessidades reais dos homens e mulheres, muda de certa forma o modo de como a Igreja Católica é vista. Mas apesar da mudança, o papa Francisco estremeceu certas “certezas” e ideias, não admitindo a revisão, como o lugar das mulheres e dos homossexuais na igreja.

Por último, o discurso médico, que sempre foi invocado para justificar o papel da mulher na família ou na sociedade. A revolução científica não serviu para destruir os argumentos filosóficos religiosos sobre a inferioridade das mulheres. Os médicos, ainda acrescentavam que o sexo é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doenças. No século XVIII, Medicina e Psiquiatria unem-se nos preceitos ao feminino. O útero dá identidade à mulher, criando novamente a maternidade como única saída.

---

<sup>5</sup> As DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, entre outros. Entre as ações, cabe citar: registro de Boletim de Ocorrência, solicitação ao juiz das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, realização da investigação dos crimes. Santa Rosa possui DEAM.

## 2.2 Origem do termo Femicídio

A violência contra a mulher possui raízes históricas bem definidas, que é o caso da criação das Ordenações Filipinas, em 1603, e o posterior Código Civil de 1916, que permitia castigar a mulher e até assassiná-la. O direito de castigar a mulher foi abolido pelo Código Criminal Brasileiro, estabelecendo pena de um a três anos de prisão para a mulher casada que cometesse adultério. Mas somente em 2005 o adultério deixou de ser considerado crime<sup>6</sup>.

O feminicídio é oriundo da teoria feminista, utilizado por Diana Russel, em 1976<sup>7</sup>, para referir-se a mortes violentas de mulheres por homens em todo o mundo, cuja motivação é tão somente a condição de gênero – mata-se a mulher pelo fato de ela ser uma mulher.

Lagarde (2007), por sua vez, traduziu o termo “femicide” para o castelhano, concluindo que a expressão inicialmente proposta por Russell perdeu sua força por significar somente a morte ou o assassinato de mulheres em razão do gênero. Indicando que o vocábulo seja usado para denominar “o conjunto de delitos de lesa humanidade que contém os crimes, os sequestros e os desaparecimentos de meninas, jovens e mulheres em um quadro de colapso institucional”, (2007, p. 216). Desde então, o termo passou a adquirir visibilidade para definir agressões verbais, físicas e psicológicas, além da morte violenta, não acidental e não ocasional de uma mulher. Sendo este o encerramento dramático, cruel e letal de um ciclo de violações e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de toda a vida.

A violência de gênero é a violência misógina contra as mulheres pelo fato de serem mulheres, situadas em relações de desigualdade de gênero: opressão, exclusão, subordinação, discriminação, exploração e marginalização. As mulheres são vítimas de ameaças, agressões, maus-tratos, lesões e danos misóginos. As modalidades de violência de gênero são: familiar, na comunidade, institucional e feminicida. (LAGARDE, 2007, p. 105)

A violência contra as mulheres passou a ter visibilidade como um problema público apenas em meados da década de 1970. Num cenário em que esse tipo de violência era visto como um problema privado, sendo considerado “aceitável” em que maridos ou ex-maridos assassinassem mulheres em “defesa da honra”, passou-se a denunciar e promover ações diretas para enfrentar essa violência. Contudo, esse enfrentamento não foi assumido pelo Estado desde o início, restringindo-se a iniciativas implementadas pelos movimentos feministas.

---

<sup>6</sup> A determinação consta na Lei 11.106/2015.

<sup>7</sup> Durante as sessões do Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, na Bélgica.



Segundo a ONU Mulheres, na obra *Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*, no Brasil, “As primeiras manifestações públicas de denúncia da violência contra as mulheres no Brasil foram contra a impunidade dos assassinos que, agindo motivados pelo desejo de controlar suas (ex-)companheiras ou (ex-)esposas, acabaram sendo beneficiados pelo argumento da “legítima defesa da honra”, (2016, p.24). A principal visibilidade em relação ao feminicídio, foi durante o julgamento de Doca Street pelo assassinato de sua companheira Ângela Diniz, ocorrido em 1976, em que um grupo de mulheres feministas organizadas conseguiram reverter o processo e o assassino foi condenado.

Posteriormente, no dia 10 de outubro de 1980, um grupo de mulheres, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, protestaram contra o índice crescente de crimes contra mulheres em todo o país. Elas exigiam a implementação de políticas públicas e a reformulação do Código Penal, e também pediam visibilidade para os milhares de casos de ameaças, constrangimentos, espancamentos, estupros e feminicídios. Os agressores eram em sua maioria, os companheiros, familiares ou conhecidos.

No campo jurídico e legislativo, a promulgação da Lei número 11.340/2006 - mais conhecida como Lei Maria da Penha<sup>8</sup> - sancionada em 07 de agosto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é considerada o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil.

Após quase nove anos, em 09 de março de 2015, a Lei número 13.104/2015 – também conhecida como a Lei do Feminicídio – foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Em seu caput, é informada a alteração do artigo 121 do Código Penal, de 07 de dezembro de 1940, que estabelece o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Ela também causou alterações no artigo 1º da Lei número 8.072/1990, de 25 de julho, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos<sup>9</sup>.

Na Lei 13.104/2015 o feminicídio é definido como o crime praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena para o feminicídio é a reclusão, de 12 a 30 anos, para o autor do crime. Ainda conforme a lei, poderá ter o aumento da pena.

---

<sup>8</sup> Nome da mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica a causa do combate à violência contra as mulheres.

<sup>9</sup> Algo sórdido, depravado, que provoca grande indignação moral, causando horror e repulsa. Utilizado com frequência para crimes que ferem a dignidade humana, causando grande comoção e reprovação da sociedade.

§ 7º - A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

Apesar de lutas e leis, homens ainda assassinam diariamente suas ex-mulheres, ex-noivas, ex-namoradas, ex-companheiras, ex-amantes que se negaram a continuar os relacionamentos.

### **2.3 Indicadores da violência contra a mulher**

No mundo e no Brasil, os últimos anos foram marcados por importantes iniciativas governamentais, especialmente no campo legislativo, para enfrentar o problema da violência contra as mulheres. Mas esse marco legislativo, por si só, não se mostra efetivo na alteração de uma dada realidade social. Há desta forma os distintos indicadores de um panorama da violência contra as mulheres, buscando um aprofundamento nas particularidades estadual e municipal.

Após o incidente agudo de violência, inicia-se a fase de lua-de-mel, em que o agressor, arrependido, passa a ter um comportamento extremamente amoroso e gentil, tentando compensar a vítima pela agressão por ele perpetrada. O comportamento calmo e amoroso, contudo, depois de um tempo, dá lugar a novos pequenos incidentes de agressão, reiniciando-se a fase de acumulação de tensão e, conseqüentemente, um novo ciclo de violência. Com o passar do tempo, as fases tornam a se repetir mais frequentemente e, mais do que isso, a cada retomada do ciclo, a fase da explosão se torna mais violenta, podendo ter por consequência, caso não seja interrompida, o feminicídio, ou seja, o assassinato da mulher pelo agressor. Outros desfechos trágicos também são possíveis, podendo a mulher em situação de violência vir a cometer suicídio, ou mesmo a assassinar seu agressor. (PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL, 2016, p. 6).

Quando uma vítima não comparecer à delegacia para relatar o histórico de violência, ou simplesmente pelo fato de esse relato não se materializar em um registro de ocorrência, conseqüentemente não há a proteção devida, seguindo desta forma as violências, o que muitas vezes ocasiona o feminicídio.

A edição do Atlas da Violência 2019 - Violência contra a mulher, mostrou que a taxa de homicídios de mulheres cresceu acima da média nacional em 2017. O estudo feito pelo Instituto de Pesquisa e Aplicada - Ipea, mostra que 4.936 feminicídios foram registrados em 2017. Desse total, 1.407 foram mortas dentro de suas residências, e 3.529 fora de suas

residências (uma média de 13 mortes por dia). Os dados foram limitados, na autoria do crime, para parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública Departamento de Planejamento e Integração do Rio Grande do Sul, entre os meses de novembro de 2019 e abril de 2020, foram registrados 54 feminicídios. Em relação às ocorrências de violência contra as mulheres registradas pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, a unidade federativa é uma das poucas que disponibiliza ao público relatórios periódicos com esses dados consolidados.

Conforme um análise do panorama da violência contra as mulheres no Brasil, há indicadores dos sistemas judiciários estaduais no provimento de proteção às mulheres em situação de violência. Ou seja, identificando sistemas locais, estes podem servir de inspiração para outros sistemas e para o aprimoramento das políticas de enfrentamento à violência contra mulheres. Atualmente o Rio Grande do Sul conta com 22 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), que passam a desempenhar, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas.

A morte nas (ex)relações íntimas de afeto demonstra não apenas a vulnerabilidade das mulheres no interior dessas relações, mas a tentativa de controle e posse absolutas sobre o corpo feminino que não pode ser entendida como comportamentos motivados por ciúme ou violenta emoção. Em geral, são crimes premeditados, originados do machismo culturalmente enraizado na sociedade. Não há perda do controle ou injusta provocação da vítima, mas uma atitude consciente de negação do direito à autonomia feminina. O reconhecimento da violenta emoção nesses casos configura tolerância estatal a crimes machistas e sexistas, pois não pode haver violenta emoção quando a motivação é impedir a autodeterminação feminina, conduta tão bem expressa na frase “se não for minha não será de ninguém”. (CAMPOS, 2015, p. 109)

Em Santa Rosa, entre novembro de 2019 e abril de 2020, houve um feminicídio registrado. O fato ocorreu no começo da noite de 11 de março de 2020, em um prédio residencial. A ocorrência foi atendida pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM).

### 3. O JORNALISMO E A NARRATIVA

Em sua história, o Jornalismo sempre teve o dever, perante a sociedade, de relatar fatos, informar e despertar no público o interesse pela reflexão. O jornalista, por sua vez, também tem o compromisso com a sociedade, tentando ao máximo ser imparcial, e não colocar suas próprias coações ao universo que pertence.

Quando indagados sobre o que é o Jornalismo, os profissionais provavelmente responderiam prontamente que ele é a realidade. Segundo Nelson Traquina (2005), o jornalismo pode ser explicado pela frase de que é a resposta à pergunta que muita gente se faz todos os dias - o que é que aconteceu/está acontecendo no mundo? “Na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p. 174). Luiz Gonzaga Motta (2013) contextualiza:

É o jornalismo que faz os acontecimentos do presente inteligíveis, faz os incidentes tomarem a forma de sequências, faz as novidades adquirirem significação minimamente coerente e consistente, ainda que relativamente provisória. Até porque a lógica do acontecimento é dupla: surge pela ruptura e pelo conhecimento, necessita tanto da diferença quanto do barulho que faz. Para tornar-se um acontecimento, um incidente qualquer precisa tanto das forças de mudança próprias das narrativas dramáticas quanto das potências da informação (MOTTA, 2013, p. 105).

O jornalista, ao pautar o tema, escrever uma matéria, fazer uma entrevista, age para cumprir prazos, tentando tornar seu material interessante e imparcial. Antes de tudo, o profissional deve se ater às regras convencionais, respondendo de imediato as célebres perguntas “Quem?”, “O quê?”, “Onde?”, “Quando?”, “Como?”, e “Por quê?”. Mas ainda hoje, devido à falta de tempo para apurar mais detalhadamente as informações e executar um trabalho de pesquisa com maior densidade, a cobertura jornalística muitas vezes é feita apenas superficialmente.

As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias) [...] O desenvolvimento de um campo jornalístico autônomo tem como fator crucial a profissionalização das pessoas envolvidas na atividade jornalística em que é reivindicada a autoridade e a legitimidade de exercer um monopólio sobre o poder de decidir a noticiabilidade dos acontecimentos e das problemáticas. (TRAQUINA, 2004, p. 180-181).

Apesar da tentativa de imparcialidade, que muitas vezes – senão todas – são falhas ou inexistentes, o profissional deve priorizar a ética. Por exemplo, no caso de uma matéria sobre feminicídio, o jornalista deve contextualizar o fato e trabalhar com a problemática sobre a

violência contra a mulher e o machismo.

Este capítulo, tem como objetivo discutir o fazer jornalístico não apenas como um meio de informação com o público, mas como ele pode ser usado em prol do conhecimento, além de destacar pontos específicos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

### 3.1 O jornalismo no mundo e no Brasil

A história do jornalismo foi construída através do tempo por ações sociais e agentes históricos. O exercício do jornalismo se expandiu e adquiriu importância política e ética própria, principalmente a partir do século XIX, com a expansão da imprensa. Mas ela conquistou maior espaço no início do século XX, a partir do surgimento de novos meios de comunicação social, como rádio, a televisão e a internet. O autor Rodrigo Carvalho da Silva, em seu artigo *História do Jornalismo: evolução e transformação*, explica:

Em suma, a história do Jornalismo aponta para três momentos importantes de seu desenvolvimento como campo profissional. O primeiro refere-se à sua expansão, iniciada no século XIX com o surgimento da imprensa, e sua evolução no século XX com a chegada dos novos meios de comunicação, como o rádio, a televisão e a Internet. O segundo, à sua comercialização, no início no século XIX, com a emergência da notícia. E, o terceiro é o atual jogo de forças entre o campo econômico do jornalismo e o campo intelectual, ou seja, o embate entre publicidade e comunicação ainda persiste. No âmbito da economia, as notícias são tidas como mercadoria; no contexto intelectual, como informação. (SILVA, 2012, documento on-line).

Para Traquina (2001), em sua obra *O estudo do jornalismo no século XX*, o século XIX pode ser apontado como o período da história de maior importância para a imprensa, foi nesse momento em que o jornalismo se expandiu transformando-se em um negócio lucrativo e rentável, conseguindo assim sua independência econômica em relação aos subsídios políticos que dominava a imprensa em seus primórdios.

Mas antes de sua notabilidade, já no século XVII, a Alemanha era tomada por jornais preocupados em noticiar acontecimentos, curiosidades, crimes, fofocas e *fait divers*<sup>10</sup>. E por incrível que pareça, em sua maioria, não sofria a censura da igreja ou do Estado.

O jornalismo do século XIX estimulou a fórmula de escrita para atingir mais pessoas.

---

<sup>10</sup> São acontecimentos contados a partir de uma estrutura pré-literária, sobre uma base mítica que serve como pano de fundo para a manutenção da ordem, reforço dos tabus, circunscrição do extraordinário e estabelecimento de lições de moral. Entram nesse rol os assassinatos, crimes de toda ordem, curiosidades, monstruosidades, conquistas improváveis etc.

Após anos, o próprio jornalismo, tanto nos Estados Unidos, como na Europa passou a cobrar uma postura mais isenta e objetiva.

É importante destacar como o jornalismo participa da transformação social e política dos países em que atua, aumentando ainda mais a importância de sua prática. Os jornais, por sua vez, passaram a ser reconhecidos como um meio de denunciar as mazelas e injustiças sociais. Figurando desse modo como aliados da democracia e a ser considerados como o Quarto Poder (SODRÉ, 1999).

A circulação de ideias através dos veículos impressos teve papel fundamental na Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha, Estados Unidos e Brasil. A Alemanha, por exemplo, foi um dos primeiros países a sentir as transformações engendradas pelo jornalismo, através da rebelião de Martinho Lutero<sup>11</sup> e a prensa de Gutenberg<sup>12</sup>. Já na França, foi marcado pela classe aristocrata decadente, burguesia ascendente e o nascimento do pensamento moderno e iluminista. Com a Revolução Francesa<sup>13</sup> envolveu-se o imaginário do povo devido à imprensa política e literária que circulava simultaneamente nas cortes, nos cafés e nos prostíbulos.

Segundo Felipe Pena (2005), a história de cada país teve influência direta na forma de fazer jornalismo. No Brasil, por exemplo, Nelson Werneck Sodré, em sua obra, *História da imprensa no Brasil*, destaca as diferentes épocas que compuseram essa história, sendo o principal aspecto da introdução da imprensa no país, a censura. O autor ainda destaca que, a imprensa sofreu entraves no seu desenvolvimento.

Segundo os autores Antônio Hohlfeldt e Rafael Rosinato Valles, na obra *Conceito e história do jornalismo brasileiro na "Revista Comunicação"*, "A primeira tentativa ocorreu em 1706, ao se instalar, no Recife, uma pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações devotas, logo proibida, no mesmo ano, por uma Carta Régia", (HOHLFLEDT; VALLES, 2008, p.69). Posteriormente houve outras tentativas - até o ano de 1808, quando foi lançado oficialmente o jornal Gazeta do Rio de Janeiro. O Correio Braziliense, criado por Hipólito da Costa, em 1º de junho de 1808, três meses antes que a Gazeta do Rio de Janeiro, é considerado o pioneiro, embora tenha sido produzido e publicado na Inglaterra, entrando clandestinamente no país, trazido de Londres por navios.

O fim da censura prévia é decretado quando D. João IV volta para Portugal. A partir

---

<sup>11</sup> Teólogo e professor, Lutero cravou no dia 31 de Outubro de 1517, as 95 *Teses* na porta da igreja do castelo de Wittenberg,

<sup>12</sup>Foi o inventor da imprensa e, com ela, contribuiu de forma decisiva para o sucesso da Reforma de Martinho Lutero. Devido a tais feitos, foi eleito o pai da comunicação em massa.

<sup>13</sup> Ocorreu de 5 de maio de 1789 à 9 de novembro de 1799.

de então, o Brasil é composto por dois tipos de jornais, os com maior estrutura e os pasquins.

A segunda fase do jornalismo no Brasil é identificado pela ascensão do café - como símbolo do crescimento econômico. Esse desenvolvimento trouxe ampliação das linhas de navegação e das estradas de ferro, além da instalação do telefone, telégrafo, do cabo submarino e da chegada de gráficos experientes, decisivos para a qualidade da imprensa.

Surge então ao longo das primeiras décadas século XX, periódicos como O Globo, Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil, que durante o século, viriam a se consolidar, não somente como jornais, mas também como empresas jornalísticas. Surge ainda nessa época o Correio do Povo<sup>14</sup>, primeiro jornal do Rio Grande do Sul.

Em 1925, surge o primeiro jornal de Santa Rosa - na época Colônia 14 de julho. O jornal A Sentinela foi criado por Fernando Albino da Rosa, ele foi o precursor do movimento cultural do município.

A partir da década de 1930, ocorre o início da fase intitulada como moderna. Durante este período ocorreram alterações sociopolíticas para o país, desde a Revolução de 30, passando pelo Estado Novo, em 1937, com a implementação da censura, e a volta da liberdade de imprensa, em 1945, até chegar ao golpe militar, no ano de 1964. Com a existência da ditadura militar, a imprensa foi marcada diretamente com a implementação da imprensa alternativa. Durante esta fase ainda houve alterações como a influência norte-americana ao longo da década de 1950, firmando o jornalismo informativo.

Um dos fatores de destaque da comunicação, nesta fase, deve-se à introdução do rádio no país, em meados dos anos 1920. Após o seu uso durante a Primeira Guerra Mundial e experimentações nos EUA, nos anos posteriores à guerra, o rádio emergia como um meio de comunicação que atingia todas as camadas sociais, aspecto que logo o diferenciou do jornal, mais direcionado para o público letrado. (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 75)

Circulou no dia 08 de julho de 1971, 40 anos após a emancipação do município de Santa Rosa, a edição número zero do Jornal Noroeste. Desde a sua criação ele circula ininterruptamente, e segue com uma edição semanal. No próximo ano, em 2021, o jornal completará o seu cinquentenário. A Empresa Jornalística Noroeste, além do jornal contém também duas rádios, a Noroeste e Guaíra. Atualmente a EJM é administrada por Sérgio Ambros Mallmann.

Um dos principais exemplos após a ditadura militar foram as transformações da

---

<sup>14</sup> Fundação 1 de outubro de 1895.

linguagem jornalística, surgindo o lead na imprensa nacional<sup>15</sup>, tendo como característica ocupar o primeiro parágrafo da notícia com o resumo conciso das informações mais novas e principais do texto, buscando esclarecer as seguintes questões relativas ao fato: “Quem?”, “O quê?”, “Onde?”, “Quando?”, “Como?”, e “Por quê?”.

A última e atual fase do jornalismo quase não influencia no surgimento de novos periódicos. A maioria dos veículos de comunicação, oriunda de períodos anteriores, se mantém, mas necessita se adaptar ao acelerado desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informação.

### 3.2 A teoria na prática

Desde a sua origem, o ser humano aprende a contar histórias (e estórias<sup>16</sup>). A narrativa é um modo de expressão universal, podendo ser feita através da escrita, do visual ou do gestual. Por exemplo, antes mesmo de desenvolver a fala e a escrita, já eram registradas as narrativas, por meio de desenhos, nas paredes das cavernas. Graças a estas narrativas, pode-se construir e saber sobre o passado, o presente e o futuro, que por sua vez, devem ser estudadas para compreender o sentido da vida. Motta (2013), em sua obra *Análise Crítica da Narrativa*, explica:

O homem narra: narrar é uma experiência enraizada na existência humana. É uma prática humana universal, trans-histórica, pancultural. Narrar é um metacódigo universal. Vivemos mediante narrações. Todos os povos, culturas, nações e civilizações se constituíram narrando. Construimos nossa biografia e nossa identidade pessoal narrando. Nossas vidas são acontecimentos narrativos. O acontecer humano é uma sucessão temporal e causal. Vivemos as nossas relações conosco mesmo e com os outros narrando. Nossa vida é uma teia de narrativas na qual estamos enredados (MOTTA, 2013, p. 17).

Narrar é relatar eventos de interesse humano, quando isso ocorre, automaticamente é produzido e construído, a moral, as leis, costumes, valores morais e políticos, crenças e religiões, mitos pessoais e coletivos, além das instituições. “Estudar as narrativas como

<sup>15</sup> No Diário Carioca, em meados dos anos 1950, através de Pompeu de Souza, Danton Jobim e Luís Paulistano.

<sup>16</sup> MOTTA (2013) usa o termo *estória* para os referir-se aos discursos narrativos. “A rigor o termo *estória* não existe na língua portuguesa, não consta nos dicionários. Ao contrário do idioma inglês, possui as palavras *history* e *story* para referir a dois processos distintos: *history* se refere à narração da história realista e rigorosa do passado, à historiografia; a palavra *story*, se refere à narração inventiva da ficção, como conto, romance, filmes, etc”. (MOTTA, 201, p.13)



representações sociais pode ensinar muito sobre as maneiras pelas quais os homens constroem essas representações do mundo material e social”. (MOTTA, 2013, p. 33). Os leitores constroem significados a partir de informações que constam no texto da notícia, mas que relembram informações de suas vivências, experiências, memória e cultura. No jornalismo o autor explica como essa narrativa é construída:

A construção de representações mentais é flexível, mas o objetivo é ser o mais eficaz possível na construção da coerência narrativa. O leitor procede assim: ele procura, a todo momento, dar maior coerência à estória que lê, vê ou escuta. Uma estória sobre um incidente qualquer é compreendida por meio de um processo no qual o leitor constrói uma interpretação de maneira integrada com as intenções originais do narrador-jornalista ao narrar, e a sua própria experiência e memória. (MOTTA, 2013, p. 100-101)

Traquina (2005), em sua obra *Teorias do Jornalismo* porque as notícias são como são, destaca que “O paradigma das notícias como construção não implica que as notícias sejam ficção”, (2005, p. 169).

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior, e acrescentam que, as notícias enquanto abordagem narrativa não negam que as notícias informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. (BIRD E DARDENE, 1988; TUCHMAN, 1976 apud TRAQUINA, 2005, p. 169)

Muitas vezes, ao ter-se uma notícia ou uma reportagem, a narrativa do jornalismo integra ações do passado, presente e futuro. Motta (2013) destaca que “Na narrativa jornalística é importante situar temporalmente o evento: o lide e o corpo da matéria reiteram sempre quando as circunstâncias anteriores ocorreram e/ou quando as posteriores poderão vir a ocorrer”, (p. 112). O discurso jornalístico é permeado de sentidos que podem ser observados e interpretados tanto pelo o que evidencia quanto pelo o que insinua, sugere ou oculta.

Ao fazer uma notícia, que em sua grande maioria, é redigida em terceira pessoa, numa linguagem descritiva, direta e objetiva, o jornalista tem como intenção produzir o efeito de realidade e de veracidade. Configurando-se através de uma cronologia do enredo, que no jornalismo costuma apresentar-se invertida, ou seja, ela começa muitas vezes pelo final, quando o incidente é reportado, e só depois as causas e antecedentes são trazidos a público. “As notícias quase sempre começam pelo final da estória, quando um fato surpreendente vem

à tona *in media res*<sup>17</sup>, outros fatos relacionados pipocam difusamente sem ordem aparente, sem começo nem final claros” (MOTTA, 2013, p. 97). O autor ainda destaca que:

O texto dessas notícias é enxugado de qualquer manifestação subjetiva e mantém uma proximidade definitiva com o referente empírico. A intenção é produzir o efeito de realidade, a veracidade [...] A expressão mais visível desse estilo duro é o chamado lide jornalístico, onde o repórter relata em linguagem direta o quê, quem, onde, quando, como o porquê do incidente reportado”. (MOTTA, 2013, p. 96).

O jornalismo é fundamental na construção da cultura de um país. Poeticamente poderia-se dizer que o jornalismo é a realidade, a vida, tal como é contada e que ele não atua apenas como uma mera produção de notícias, mas que também configura-se como um veículo de reinserção da audiência no universo social. Para a sociologia do jornalismo é apontada a tese de que a compreensão das notícias implica em um conhecimento da cultura jornalística.

Segundo Otto Groth, citado por Adelmo Genro Filho (1987), “há quatro características fundamentais do jornalismo, a *periodicidade, universalidade, atualidade e difusão*, e que são consideradas numa perspectiva histórico-social, aquilo que chamaríamos de fenômeno jornalístico”, (GROTH, apud GENRO FILHO, 1987, documento on-line).

Para aprofundar o conhecimento sobre o jornalismo, e a construção social da realidade, é necessário criar e estudar as teorias<sup>18</sup>. Segundo Felipe Pena (2005) “Quando faço um recorte sobre um tema, meus métodos de análise promovem questões que podem servir para incentivar a criação de outros métodos, que vão produzir novas questões e assim por diante” (PENA, 2005, p. 10). Para responder perguntas do por que as notícias são como são, e qual é afinal o papel do jornalismo na sociedade, serão usadas duas obras, a primeira de Traquina (2005), e sua obra *Teorias do Jornalismo - Porque as notícias são como são*, e a segunda de Felipe Pena (2005), e sua obra *Teorias do Jornalismo*.

A teoria do espelho, a teoria da ação pessoal ou a teoria do “*gatekeeper*”, a teoria organizacional, as teorias de ação política, as teorias construcionistas, a teoria estruturalista e a teoria interacionista, serão discutidas a seguir. Elas serão usadas no próximo capítulo como base na análise das narrativas dos jornais santa-rosenses.

A primeira teoria e também a mais antiga, é a *teoria do espelho*. Traquina (2005) destaca que as notícias são como são porque a realidade assim determina. Que o jornalista, por sua vez, tem como missão informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a

<sup>17</sup> É uma técnica literária em que a narrativa começa no meio da história, ao invés do início.

<sup>18</sup> A utilização do termo “teoria” é discutível, porque também pode significar um explicação interessante e plausível.

quem doer. Além também tem como característica a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas, ou seja, que eles refletem a realidade, são imparciais, e que colhem a informação, relatando os fatos e sendo os simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia.

A segunda, *teoria da ação pessoal ou a teoria do “gatekeeper”*, é considerada a primeira teoria da literatura acadêmica. Criada e aplicada por David Mannin White, chegou-se a essa conclusão após uma pesquisa, em 1950, na qual o jornalista Mr. Gates, anotou - durante uma semana - motivos pelos quais levaram ele a rejeitar as notícias que não usou. O resultado foi que o processo é subjetivo e arbitrário. Que eram baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do gatekeeper.

“O termo *gatekeeper*, refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões”. (TRAQUINA, p. 150). A teoria analisa as notícias apenas a partir de quem a produz: o jornalista. E se baseia no conceito de “seleção”. O autor explica que as notícias passam por vários *gates*, isto é “portões”. Ou seja, “Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua “morte” porque significa que a notícia não será publicada”. (TRAQUINA, 2005, p. 150).

A *teoria organizacional*, foi criada no anos 50 por Warren Breed. Ela alarga a perspectiva teórica – que sai do âmbito individual para um nível mais vasto, a organização jornalística. Nesta teoria, o jornalista se insere no contexto da organização para a qual trabalha. Ou seja, ele se conforma mais com as normas editoriais da organização, do que com suas crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo.

Foram identificados seis fatores, que promovem o conformismo com essa política editorial, podendo ser, a autoridade institucional e as sanções - na qual a chefia tem o poder de decidir, os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores, aspirações para mostrar desejos de alcançar uma posição de relevo, o prazer da atividade ou as notícias como valor máximo, por serem um desafio constante.

A *teoria organizacional* tem as notícias como o resultado de processos de interações sociais, que por sua vez, têm lugar dentro da empresa jornalística. O jornalista sabe sobre seu trabalho, que suas produções irão passar por essa cadeia organizacional, e que há uma hierarquia, ou seja, sabe que seus superiores tem poderes de controle. E que o trabalho é sim influenciado pelos meios que a organização dispõe.

Além disso, o profissional sabe que o jornalismo também é um negócio. Que todas as empresas enfrentam o balanço econômico. Ou seja, o espaço ocupado por uma publicidade, por exemplo, intervém diretamente na produção jornalística. Se há muita publicidade, há

pouco espaço para as notícias e vice-versa.

As *teorias de ação política* surgiu nos anos 60, em diversos países, onde a onda de protestos invadiu o espaço das universidades. Durante esta fase, que é marcada pelo crescente interesse na ideologia, foi estimuladas as ideias por certos autores marxistas, pela redescoberta da natureza problemática da linguagem, podendo ser citadas a escola semiótica francesa e a escola culturalista britânica.

A partir dessa época, mais especificamente, nos anos 70, há uma riqueza e explosão nos estudos sobre jornalismo, conhecido como os estudos da *parcialidade*. Essa riqueza citada não é medida somente pela quantidade de trabalhos publicados, mas também pelas novas preocupações e perspectivas. É também durante esses estudos, que o jornalismo destaca algumas implicações políticas e sociais da atividade jornalística, como o papel social das notícias e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às expectativas e pela própria teoria democrática, que influencia fortemente a definição social da postura profissional deste Quarto Poder.

Os chamados estudos de parcialidade partiram do princípio de que as notícias devem refletir a realidade sem distorção. A principal questão de pesquisa é precisamente se houve ou não distorção, aceitando o princípio de que é possível reproduzir a realidade.

Nas teorias de *ação política*, os *media* noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente certos interesses políticos: na versão da esquerda, os *media* noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão da direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc. (TRAQUINA, 2005, p. 163).

Nas *teorias construcionistas*, que surge nos anos 70, têm como característica um novo paradigma, que são as notícias como construção. Onde constitui-se um momento de virada, com um paradigma que é totalmente oposto daquela perspectiva de que as notícias têm “distorção”, colocando também a própria ideologia jornalística e sua teoria das notícias como espelho da realidade. Ou seja, na perspectiva das notícias como construção, a *teoria do espelho* é claramente rejeitada.

Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *media* noticiosos que devem “refletir” essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é de opinião de que os *media* noticiosos estruturam

inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos, (TRAQUINA, 2005, p. 169).

Ao contrário das abordagens que focam no produto jornalístico, permite-se uma observação mais informada sobre as ideologias e as práticas profissionais dos produtos das notícias.

O estudo e a compreensão do jornalismo é tripla. Em primeiro lugar, o estudo do jornalismo permitiu ver a importância da dimensão no processo de produção destas notícias. Em segundo, permitiu-se reconhecer que as rotinas constituem um elemento crucial nos processos de produção das notícias. E em terceiro lugar, serve como corretivo às outras teorias instrumentalista.

Tanto para a *teoria estruturalista e interacionista*, a *teoria do espelho* é rejeitada. Para elas, as notícias são o resultado de processos complexos de interação entre os jornalistas e as fontes de informação, os jornalistas e a sociedade, os membros da comunidade profissional, sendo eles dentro e fora da organização.

E é nessa teoria, que aparece o paradigma construtivista, que são quando as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. Ou seja, surge a pirâmide invertida, dando ênfase às seguintes perguntas: quem? o que? onde? quando?. Tornando desta forma, uma necessidade de selecionar, excluir e acentuar diferentes aspectos de determinado acontecimento.

A *teoria estruturalista*, apresentada por Herman e Chomsky, tem como característica a herança marxista, na reprodução da “ideologia dominante”. “Na *teoria estruturalista*, as fontes oficiais são encaradas como um bloco unido e uniforme; a existência de disputas entre os membros das fontes oficiais é minimizada” (TRAQUINA, 2005, p. 180). Mas ao contrário da *teoria de ação política*, essa teoria reconhece a “autonomia relativa” dos profissionais em relação a um controle econômico direto.

Nela é defendida de que as notícias são um produto social. Sendo divididas em três fatores, a primeira, como uma organização burocrática, que pode ser visto na organização de rotina de jornais. O segundo é a estrutura de valores-notícia e a ideologia profissional, que apontam as chamadas “boas notícias”. E o terceiro é o momento da construção da própria notícia, que é fundamental.

Ao apresentar o item - notícia - ao seu público, esta deve ser compreensível a eles. “Segundo Stuart Hall et. al., as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as

exigências profissionais de imparcialidade e objetividade - combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado”, (TRAQUINA, 2005, p. 178).

A *teoria interacionista*, tem como característica as notícias como o resultado de um processo de produção, definido pela percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (acontecimentos) num produto (notícias). “Existem muitos pontos semelhantes entre a *teoria estruturalista* e a *teoria interacionista*, a começar pelo fato de que ambas conceitualizam as notícias como uma construção”, (TRAQUINA, 2005, p. 179).

Nela um dos fatores cruciais é o desenvolvimento do campo jornalístico autônomo, como por exemplo, a profissionalização das pessoas envolvidas na atividade jornalística. Além disso, são elaboradas estratégias, sendo elas de ordem no espaço e ordem no tempo.

A ordem no espaço é tentar impor uma rede noticiosa, para capturar os acontecimentos, por exemplo, a territorialidade geográfica. E a ordem no tempo, são quando as empresas jornalísticas tentam, assim como na territorialidade, impor uma estrutura sobre o tempo, mas também é preciso compreender que estas empresas tem seu próprio “biorritmo”.

Apesar de todas as teorias, aqui apresentadas, ao fazer uma notícia, sempre há um mediador, o jornalista, que desde o início da sua vida acadêmica deve responder algumas perguntas, além de estruturar notícias e reportagens, de forma responsável e ética. O acadêmico, deve ao longo dos anos utilizar diversos conceitos e metodologias, teorizando sobre determinados assuntos. Nas teorias sobre o jornalismo, busca-se determinar se, na prática, o jornalista é ou não fiel aos acontecimentos, avaliando-o pelo grau de neutralidade e de objetividade.

Ora, o jornalismo deve ser "*imparcial*", mas deve "*interpretar*" os fatos e "*guiar*" seus leitores. Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado "bom senso", expressão individual da ideologia hegemônica (GENRO FILHO, 1987, documento on-line).

Para Traquina (2005), “o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais”, (TRAQUINA, 2005, p.147). Mas é também aquele que é capaz de problematizar os fatos e criar mecanismos pela linguagem para problematizar questões centrais na sociedade, como o crime de feminicídio, por exemplo.

### 3.3 Ética na comunicação

Ao chegar no mercado de trabalho, o jornalista, para ter uma boa história, não pode apenas ter um assunto interessante, mas deve saber como contá-la. E esse é um dos principais desafios diários enfrentados pelos profissionais no fazer jornalístico.

A narrativa por si só é um instrumento poderoso não apenas para relatar fatos, mas também para despertar ao público o interesse e a reflexão. Uma das principais características que devem ser levadas em conta ao noticiar um fato, é fugir do óbvio, além de pensar em como uma simples reportagem pode ajudar o leitor a construir sua opinião sobre algum tema. E é desta forma que o jornalista deve ampliar o repertório, principalmente quando o tema é muito simples ou pertencente ao senso comum.

Para Genro Filho (1987), os jornalistas devem sair dos padrões estabelecidos no momento de estruturar os textos noticiosos. Ao relatar um feminicídio, que é o caso desta análise, as matérias devem proporcionar ao público-alvo a reflexão necessária para com o conhecimento.

O jornalista, por sua vez, deve deter o controle pessoal sobre o produto jornalístico, e manter a sua ética. Para Clóvis de Barros Filho (2003):

O jornalista manifesta sua individualidade num compromisso com as coações próprias ao universo social a que pertence. Essa individualização do sujeito (no caso, o profissional de imprensa), socialmente reconhecida e que estabelece limites em relação ao outro, denomina-se *subjetividade*. Trata-se de um estado particular do sujeito enquanto manifestante de sua própria especificidade através da comunicação. “A subjetividade é o que faz com que o sujeito seja reconhecido e circunscrito pelo outro, uma vez que a subjetividade representa, em definitivo, o que o sujeito faz ver de si na relação de troca simbólica com o outro”, (BARROS FILHO, 2003, p. 103-104).

O autor ainda destaca que “A singularidade de cada sujeito no trabalho jornalístico depende intrinsecamente da liberdade que tem, como profissional, para expressar-se”, (BARROS FILHO, 2003, p. 104). Para Traquina, “Qualquer tentativa de obrigar o jornalista a seguir uma dada política constituiria um tabu ético e uma clara afronta a um dos pilares da legitimidade profissional, a independência do jornalista”, (TRAQUINA, 2005, p. 156). Ainda para o autor:

A objetividade, ou o que se aceita como seu oposto, a parcialidade, são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel do jornalismo e que são consagrados nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos órgãos de comunicação social, em particular do setor público. Estão presentes, pelos menos de uma forma

implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas e no centro de toda uma mitologia que coloca os jornalistas no papel de “servidor do público” que procura a verdade, no papel do “cão de guarda” que protege os cidadãos contra os abusos de poder, no papel de *contrapoder*, que atua do lado de quem doer no papel de herói do sistema democrático (UNGARO, 1992 apud TRAUQUINA, 2005, p. 162).

Para Marilena Chauí (1998) “Ética é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades”, (CHAUÍ, 1998, documento on-line).

Quem torna possível essa credibilidade para o jornalismo, são os próprios jornalistas e os ouvintes/telespectadores. Primeiro porque, tudo aquilo que é noticiado não é invenção dos profissionais da imprensa. Ou seja, os jornalistas observam e relatam o que acontece, são cautelosos e não emitem opiniões pessoais. E segundo, quando um receptor lê uma notícia, ele tem um processo interpretativo. Podendo analisar de acordo com as suas experiências, visões de mundo, implicando nas interpretações éticas, políticas e ideológicas. Motta (2015) contextualiza:

Quando eu compro um jornal para ler uma notícia, por exemplo, estou delegando ao jornal que comprei e ao jornalista-narrador, por desejo meu, a autoridade e a legitimidade para me dizerem a verdade. Eu faço um *pacto* com o veículo e o jornalista e entro em sintonia de confiança com eles para obter histórias verdadeiras sobre incidentes, que assim serão configuradas em minha mente: fatos reais (MOTTA, 2015, p. 37).

O jornalista tem consigo desde 1949, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Desde a sua criação ele foi revisado e modificado nos respectivos anos de 1968, 1986 e 2007. A última e atual modificação, foi feita em agosto de 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), durante o Congresso Extraordinário dos Jornalistas, ocorrida em Vitória/ES.

A motivação destas modificações foi principalmente pelos últimos avanços, tanto no jornalismo como na tecnologia. E viu-se necessário revisar o código, modernizando alguns trechos e incluindo cláusulas e cuidados.

Apesar destas mudanças, não pode-se ir muito além no âmbito das sanções aos profissionais que incorrem em falha ética. Por exemplo, diferente de outras profissões, os jornalistas – mesmo que causem prejuízos morais – não correm o risco de perder seus registros profissionais por agirem de forma antiética.

À primeira vista, comparados o código atual e o de 1986, pode-se notar que o documento passou de 27 para 19 artigos. Visualmente menor, mas na verdade, o novo código



é mais amplo que seu antecessor e combina conteúdos já listados anteriormente, fundindo artigos, o que dá a impressão de uma peça menor.

Para esta análise, serão listados o Artigo 1, do capítulo I - do direito à informação, o Artigo 6, do capítulo II - da conduta profissional do jornalista, e os Artigos 11 e 12, do capítulo III - da responsabilidade profissional do jornalista, sobre a não divulgação de informações além do que os jornalistas devem fazer.

De acordo com o Artigo 1, do direito à informação, “O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”.

Perante a sociedade, o jornalismo tem o dever de relatar fatos, informar e despertar ao público o interesse na reflexão. O jornalista, por sua vez, também tem o compromisso com a ética, tentando ao máximo ser imparcial, e não colocar suas próprias coações ao universo que pertence. Para Barros Filho (2003):

O jornalista, ao pautar um tema, ao escrever uma matéria, ao fazer uma entrevista, age antes de tudo, para cumprir uma rotina profissional cuja especificidade é sem dúvida, a celebridade dos prazos. Mas age também em função da lógica da relações sociais do universo em que interage, ou seja, em função do conhecimento e do reconhecimento de si próprio, de seu nome”, (BARROS FILHO, 2003, p. 105).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, constitui em seu primeiro artigo que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. O Artigo 6 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, da conduta profissional do jornalista, ele tem o dever de:

I - Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. XI - Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias. (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS, 2007, documento on-line)

Ao elaborar uma notícia, o jornalista deve responder às principais dúvidas do processo de apuração, como quem deve ser ouvido, bem como a necessidade de ouvir o outro lado. Na busca pela notícia deve-se apurar, checando fatos e entrando em contato com o maior número de pessoas possíveis, ou seja, checar as informações com mais de uma fonte. E são estes os fatores que dão credibilidade a uma determinada empresa, jornal ou jornalista.

A credibilidade é a principal característica do jornalista. Ao pautar um tema, o

profissional deve estar sempre desconfiado, e talvez essa seja também a única forma que o repórter tem de não deixar nenhum lado da história descoberto. Em casos de acusações é preciso ter muita cautela, inclusive quando as informações vêm da Justiça ou da Polícia. De acordo com o Artigo 12 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o jornalista deve:

I - Ressalvadas as especificidades de assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas. II - Buscar provas que fundamentam as informações de interesse público; III - Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar; (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS, 2007, documento on-line).

Quando abordados temas como morte - sendo eles homicídio, feminicídio ou suicídio, o profissional, de acordo com o Artigo 11 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, não pode divulgar informações “De caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”.

Na análise do próximo capítulo serão destacadas as principais características, teorias e como o Código de Ética dos Jornalistas foi aplicado. Apesar do pouco espaço para discutir um tema tão amplo e complexo, mas que dadas as limitações de espaço e propósito do texto, foi feita uma abordagem para atender aos objetivos do trabalho no sentido de contribuir para a análise das narrativas de feminicídio, que justamente exigem muita ética por parte do jornalista.

## 4. ANÁLISE DAS NARRATIVAS

A proposta deste capítulo é analisar, as narrativas dos sites ou jornais impressos que noticiaram o único caso de feminicídio durante o período da clipagem - de outubro de 2019 a março de 2020. O feminicídio, que ocorreu na noite de 11 de março de 2020, foi cometido no município de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul.

De acordo com Motta (2013) as narrativas, por sua vez, são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos e vontades. Durante esta análise serão verificadas as etapas da construção narrativa. Usando como critérios, se as mesmas favoreceram ou prejudicaram, se houve a construção de significados, e como elas trabalharam para a reflexão e mudança de compreensões, no caso de um feminicídio. Ou seja, o capítulo destaca como os veículos de comunicação podem abordar o tema de forma que o público seja capaz de refletir sobre a gravidade de um crime.

As análises serão feitas nos jornais santa-rosenses, Jornal Noroeste e o Jornal Gazeta Regional, em suas versões impressas e on-line, além do site santa-rosense Portal Plural e os sites que têm correspondentes com circulação estadual e nacional que são, respectivamente, Gaúcha ZH (Grupo RBS) e G1 (Rede Globo). Neles serão avaliados os sentidos produzidos a respeito do feminicídio no diálogo com o público para o entendimento do caso, além da composição dos personagens correspondentes a vítima e ao agressor, a partir da metodologia de Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013).

Para a metodologia serão usadas, principalmente as obras *Análise Crítica da Narrativa* (MOTTA, 2013) e o minimanual do *Jornalismo Humanizado – Pt. I: Violência Contra a Mulher*, do projeto jornalístico da ONG feminista Think Olga.

### 4.1 Metodologia

Ao longo das nossas vidas, guardamos milhares de narrativas, podendo ser elas fatídicas ou ficcionais, escritas ou faladas. Portanto na memória, só são guardadas aquelas que realmente marcam, principalmente aquelas que apresentam um melhor desenvolvimento narrativo. As narrativas, por si só, preparam ou tentam fazer o ser humano entender o mundo, desta forma influenciando na maneira como irá encarar a realidade. Segundo Motta (2013), os significados expressados pelo texto dependem da construção narrativa feita pelo narrador.

Pena (2018) ainda contextualiza:

A gente tem que estar sempre preocupado com a narrativa que virá do outro sobre o que se faz. E isso é incontrolável. O leitor é, de fato, um outro escritor. Ele vai reescrever o que você diz. Assim como a pessoa que recebe uma mensagem, seu amigo, sua mulher, também é um escritor da sua vida. Então nós estamos inscrevendo, escrevendo e reescrevendo vidas o tempo inteiro. Inclusive as nossas (PENA, 2018).

Ainda para Motta (2013), “O relato jornalístico é o produto possível entre pontos de vista alternativos na correlação das forças que se confrontam permanentemente nas páginas e telas: elas disputam o poder de voz” (MOTTA, 2013, p. 110).

Para auxiliar esta análise, será usado o *Minimanual do Jornalismo Humanizado – Pt. I: Violência Contra a Mulher*. Que é um projeto jornalístico da ONG feminista Think Olga, que destaca a importância de não romantizar situações de abuso e violência contra mulher, nem buscar justificativas para a agressão.

Essa é a principal falha nas matérias jornalísticas que abordam tanto violência doméstica quanto feminicídios. Se por um lado as vítimas de estupro têm sua conduta posta à prova na busca machista por razões que a responsabilizariam pelo crime, agressores e assassinos de mulheres têm o seu passado revirado em busca de bons antecedentes que revelem sua violência como um traço de loucura. O fato é que sua notoriedade se dá pelo crime que cometeram. Por isso, é preciso ter cautela para não minimizar a gravidade dos seus atos (THINK OLGA, 2016, documento on-line).

O *minimanual* ainda sugere aos jornalistas como em matérias que abordam determinados temas que não substituam as qualificações, por exemplo, o estupro, que não seja substituída pela palavra sexo<sup>19</sup>, o mesmo se aplica quando ocorre feminicídio, que não seja usado “crime passionai”.

Ao analisar uma notícia, o leitor leva em conta algumas principais características, podendo ser ela a imagem, o título, o texto e até mesmo o próprio jornal ou site. Motta (2013) contextualiza:

Precisa levar em conta que há pelo menos três narradores (ou vozes) sobrepostos na comunicação jornalística: 1) o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal on-line); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores); 3) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma com a outra). No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma negociação simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz (MOTTA, 2013, p. 109).

---

<sup>19</sup> Sexo é consensual. “Suavizar” este fato, substituindo estupro por “obrigou a fazer sexo” ou usar o mesmo termo de uma prática consensual, como sexo oral, é diminuir a gravidade do crime. Não é sexo para a vítima.

Motta (2013), enfatiza que, ao observar a maneira que os indivíduos participantes em uma situação de comunicação narrativa apreendem, conceituam e refazem continuamente a realidade a partir de inúmeros tipos de representações sociais.

Para este estudo, Motta (2013) destaca três níveis ou instâncias de análise, que são elas: 1) *plano da expressão* (linguagem ou discurso); 2) *plano da estória* (ou conteúdo); 3) *plano da metanarrativa* (tema de fundo). Além de distingui-los há um procedimento técnico para iniciar o mergulho até a essência do objeto e a partir dele, deve-se retirar as devidas deduções relacionadas à comunicação. Além disso, o autor também sugere os seguintes movimentos: 1º movimento - compreender a intriga como síntese do heterogêneo; 2º movimento - compreender a lógica do paradigma narrativo; 3º movimento - deixar surgirem novos episódios; 4º movimento - permitir ao conflito dramático se revelar; 5º movimento – personagem: metamorfose de pessoa a persona; 6º movimento – as estratégias argumentativas e por fim, o 7º movimento – permitir às metanarrativas aflorar. Para este estudo, serão utilizados os indicadores dos movimentos, primeiro, quarto, quinto e sexto.

O primeiro movimento, *de compreender a intriga como síntese do heterogêneo*, tem como objetivo compreender a construção, compreender a força na expressão narrativa. Percebendo desta forma como o enredo funciona enquanto agente organizador das partes. Para isso é necessário reler a estória, ver e rever, ouvir e fazê-la novamente, a fim de conhecer os encadeamentos básicos e os contornos da narrativa em análise. Isso fará com que os significados do objeto revelem-se gradualmente.

O quarto movimento, *permitir ao conflito dramático se revelar*, tem como objetivo descortinar preliminarmente os fios que ligam a trama em sequências temáticas e os episódios que a compõe. O locutor domina de maneira cada vez mais consistente a essência dos significados da narrativa, podendo desta forma ir deduzindo as comunicações narrativas.

O quinto movimento, *personagem: metamorfose de pessoa a persona*, tem como objetivo destacar o chamado frame dramático e seus conflitos. Assim, a personagem assume um tipo, traços singulares que caracterizam certos sujeitos.

E por último, o sexto movimento, *as estratégias argumentativas*, pois quem narra tem sempre algum propósito: ou seja, de que nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial, toda a narrativa é argumentativa, que segundo Motta (2013) “*quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido*”. E que tentará estudar toda e qualquer narrativa, descobrindo os dispositivos retóricos capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos pelo narrador em seu processo de comunicação.

Ao noticiar um fato, o narrador, tem como estratégia textual produzir e provocar

efeitos reais, fazendo com que os leitores interpretem esses fatos narrando como verdades, como se estes estivessem falando por si mesmos. O jornalismo observa o mundo, compreendendo o passado e especulando o futuro, oferecendo uma forma de compreender o mundo. Além disso ele constrói a sua versão de neutralidade e objetividade. Toda a narrativa gira em torno do hoje, do aqui, do agora, do ao vivo e do on-line.

As narrativas jornalísticas, históricas e biográficas têm veracidade, recorrem a recursos de linguagem para parecerem factuais, objetivas e verdadeiras. Desta forma produzindo o efeito de real. Motta (2013) contextualiza:

Esse é o efeito pretendido e, na maioria dos casos, quase sempre confirmado pelo leitor. O que o jornalista quer significar como narrador e a interpretação que o destinatário faz a partir da retórica das notícias coincidem na sua essência (embora possam ocorrer disparates). Isso não retira deles o caráter narrativo, mas os transforma em uma narrativa singular: um jogo de linguagem situado entre a narrativa da história (realista) e a literária (imaginativa), (p. 197)

Para esta análise empírica, sobre a narrativa do tema feminicídio e seguindo os passos metodológicos propostos por Motta (2013), era necessária a seleção de um episódio, sendo a pesquisa de notícias relacionadas ao feminicídio. E elas ocorreram através da clipagem das notícias dos jornais santa-rosenses, Jornal Noroeste e Jornal Gazeta Regional, tanto em sua mídia on-line como a impressa, o site santa-rosense Portal Plural News e as mídias que contenham correspondentes em Santa Rosa, sendo eles Gaúcha ZH e G1. Ambos os meios de comunicação noticiaram o feminicídio, ocorrido na noite de 11 de março de 2020. Reis (2006) ainda explica que:

Quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa. O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagens (REIS. 2006, p.81)

Como foi usado um único caso de feminicídio, foi encontrado um número consideravelmente pequeno de notícias, totalizando seis, sendo duas de um mesmo meio de comunicação.

Com a escolha do caso a ser analisado, e a metodologia a ser adotada, privilegiando dois movimentos de análise propostas por Motta (2013), serão identificados os fatores heterogêneos colocados em relação pela versão on-line e impressa dos jornais santa-rosenses, sites santa-rosenses ou que tenham correspondentes no município. Após isso, serão analisados

os papéis das personagens construídas pelas matérias e avaliar como elas se encaixam na notícia, saindo do princípio de crime isolado para um contexto social de agressão contra a mulher e feminicídio.

## 4.2 Análise narrativa da cobertura jornalística

Antes de iniciar a análise das notícias veiculadas pelos jornais santa-rosenses e seus respectivos correspondentes, é preciso relembrar o caso e reconstruir a narrativa, como sugere Motta (2013). A seguir, um breve resumo elaborado após a leitura das informações divulgadas pelos veículos de comunicação nas matérias que trataram do crime, segundo o que informam os Jornais Noroeste, Portal Plural News, Gaúcha ZH e G1.

*Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul. Era 11 de março de 2020, quarta-feira. Por volta das 20h, em frente a um prédio residencial, localizado na Rua Marquês do Herval, Vila Flores, foram escutados por moradores uma discussão seguida de disparos.*

*A mulher, identificada como Aline Kall, 29 anos, era técnica de enfermagem. Ela trabalhou até o dia 24 de janeiro no Hospital Vida & Saúde, de Santa Rosa e posteriormente foi trabalhar no município de Alecrim.*

*O homem, identificado pelo Comando Regional da Brigada Militar (BM), Andrei Ribas de Jesus, 39 anos, trabalhava como escrivão da Polícia Civil no município vizinho de Santo Cristo.*

*Os vizinhos relataram aos policiais que houve uma discussão em frente ao prédio, entre Andrei e Aline. Segundo as testemunhas o suspeito disparou contra a vítima, e posteriormente em si mesmo. Andrei morreu no local. Aline foi socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas devido a gravidade dos ferimentos, chegou sem vida ao hospital. Aline deixa um filho de três anos, que tem síndrome de down.*

*A Brigada Militar não soube informar se o ex-casal tinha histórico de brigas ou ameaças. Além disso, não há informações de quanto tempo os dois estavam separados.*

*A Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento (DPPA) de Santa Rosa informou que ainda investiga as circunstâncias do crime, mas o caso é tratado, inicialmente, como feminicídio seguido de suicídio. A investigação será feita Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam).*

No próximo subcapítulo, serão apresentadas as publicações sobre o caso de feminicídio, do portal on-line e impresso do Jornal Noroeste, versão on-line do Portal Plural News, Gaúcha ZH e G1. O Jornal Gazeta Regional, não noticiou, nem em sua versão on-line nem em sua versão impressa.

### 4.2.1 O primeiro relato

Figura 1 - 33 minutos após o crime



**polícia**

## Policial Civil mata a ex-namorada e comete suicídio em Santa Rosa

A vítima, Aline Kall, de 29 anos, chegou a ser socorrida pelo SAMU, mas morreu no local, e o autor, Andrei Ribas, de 39 anos, também não resistiu. A Polícia Civil e a Brigada Militar atenderam a ocorrência.

Publicado em 11/03/2020 20h33 - Atualizado há 3 meses - 1 min de leitura

Um Policial Civil matou a tiros sua ex-namorada no início da noite desta quarta-feira (11) na Vila Flores, em Santa Rosa (RS). Após cometer o feminicídio, que ocorreu por volta das 20h, o policial se suicidou.

A vítima, Aline Kall, de 29 anos e que deixa um filho, chegou a ser socorrida pelo SAMU, mas morreu no local. O autor, Andrei Ribas, de 39 anos, também não resistiu. A Polícia Civil e a Brigada Militar atenderam a ocorrência e Peritos do Instituto Geral de Perícias (IGP) realizaram levantamento no local.

O fato ocorreu em um prédio localizado na Rua Marquês do Herval.

De acordo com as informações, o autor do feminicídio era de Santo Ângelo e foi transferido para Santo Cristo. A vítima, por sua vez, já trabalhou no Hospital Vida & Saúde e atualmente, trabalhava em Alecrim.

A delegada Josiane Froehlich, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), conduz a ocorrência.

com Eloi de Avila  
segunda a sexta 17h

**CONEXÃO 96.7**  
com Vilmar Lorenz  
segunda a sexta 15h

**Camera**  
comercial@camera.ind.br

Fonte: Jornal Noroeste

A primeira notícia do caso foi publicada na mídia on-line do Jornal Noroeste, ainda no mesmo dia, 11 de março minutos depois do feminicídio, às 20h33min. A matéria tem como título “*Policial Civil mata a ex-namorada e comete suicídio em Santa Rosa*”. Que apresenta as informações iniciais do caso. Na linha de apoio, é informado o nome e idade da vítima, que chegou a ser socorrida, mas morreu no local e o autor, um homem que também não resistiu, e que a Polícia Civil e a Brigada Militar atenderam a ocorrência. Há uma imagem, mostrando carros da Polícia Civil e Brigada Militar em frente ao prédio residencial além de populares próximo do local onde o crime ocorreu. A foto é uma reprodução, não possui crédito.



O primeiro parágrafo atende à fórmula do *lead*, que explica as informações necessárias para a compreensão do crime, como o local, horário e como aconteceu o fato. “*Um Policial Civil matou a tiros sua ex-namorada no início da noite de quarta-feira (11), na Vila Flores, em Santa Rosa (RS). Após cometer o feminicídio, que ocorreu por volta das 20h, o policial se suicidou*”.

O parágrafo seguinte aponta o nome e a idade da vítima, Aline Kall, de 29 anos, e nome e idade do autor do crime, Andrei Ribas, de 39 anos. Nele é informado que ambos morreram no local, apesar de Aline ter sido socorrida pelo SAMU. Salienta também que Aline deixou um filho. De acordo com a matéria quem atendeu a ocorrência foram a Polícia Civil e a Brigada Militar, e que Peritos do Instituto Geral de Perícias (IGP) realizaram o levantamento no local.

No terceiro parágrafo é citado onde o fato ocorreu, ou seja, que foi em um prédio localizado na Rua Marquês do Herval.

O parágrafo seguinte destaca que de acordo com as informações, o autor do feminicídio era de Santo Ângelo e foi transferido para Santo Cristo. Que a vítima já havia trabalhado no Hospital Vida & Saúde, mas que atualmente estava trabalhando em Alecrim.

O último parágrafo, salienta que a delegada Josiane Froelich, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), é quem irá conduzir a ocorrência.

Ao noticiar um fato, nas mídias on-line, em um primeiro momento o que mais chama a atenção do leitor são o título e a foto. Para o título da notícia foi usado a profissão do homem para caracterizá-lo, e a para a mulher foi usada a condição de ex-namorada. Ainda no título é usada a palavra suicídio. Partindo para a notícia, ainda em seu primeiro parágrafo é usado o termo feminicídio. Nela não são citadas as motivações do crime, apenas que um homem matou a tiros uma mulher e depois cometeu suicídio. Na matéria ainda é evidenciado que houve uma discussão entre os dois, e que talvez isso fosse uma possível motivação para o ato. O crime em sua narrativa pode ser caracterizada como premeditado, já que o homem possuía uma arma. Ao final da notícia, há um erro em relação ao nome da delegada da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), que é Joseane e não Josiane.


#### **4.2.2 A identificação**

Figura 2 - Vítima foi identificada

portalplural **Identificada vítima de feminicídio em Santa Rosa**

# Identificada vítima de feminicídio em Santa Rosa


Publicado 3 meses atrás em março 12, 2020  
Por Reporter Cidades



**Auto+**  
PEÇAS E SERVIÇOS

(55) 3511-4737 | (55) 99629-9533

Rua Guaporó, 1356  
Centro, Santa Rosa - RS



**ÚLTIMAS** POPULAR VÍDEOS

DESTAQUE / 1 hora atrás  
**Morre Cantor e compositor tradicionalista Pôrca véia aos 68 anos**

MUNDO / 2 horas atrás  
**Vacina 'gotinha' da polio pode ser eficaz contra coronavírus, diz estudo**

SEGURANÇA / 6 horas atrás


portalplural.com.br/identificada-vitima-de-feminicidio-em-santa-rosa/

A jovem Aline Kall, de Alecrim foi vítima de feminicídio nessa quarta-feira em Santa Rosa, seu ex-companheiro Andrei Ribas, Policial Civil na cidade de Santo Cristo, foi o prédio onde a vítima estava na Rua Marquês do Erval na Vila Flores e segundo as primeiras informações ocorreu uma discussão, após, na frente do prédio Andrei puxou a arma e atirou na vítima, logo após cometeu suicídio.

Andrei, faleceu no local. A jovem Aline de 29 anos, chegou a ser socorrida pela Brigada Militar devido a gravidade dos ferimentos e encaminhada pelo Corpo de Bombeiros até a UPA, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu, ela deixa um filho qual tem síndrome de down, era enfermeira no Hospital Vida & Saúde.

Os disparos foram escutados por moradores por volta das 20h. A Brigada Militar, Polícia Civil estiveram no local, o Instituto de Perícia (IGP) realiza o levantamento.

Votar agora Results



Fonte: Portal Plural News

O portal on-line de notícias Portal Plural News publicou a segunda notícia vinculada ao caso, ainda no mesmo dia, 11 de março. Em sua versão on-line não consta o horário de sua publicação, mas há identificado de que houve modificação no dia 12 de março. Com o título “*Identificada vítima de feminicídio em Santa Rosa*”, destacando unicamente a vítima em seu

título. O site não contém linha de apoio. A foto usada para ilustrar a notícia, é de uma mulher, nela não há legenda, mas subentende-se de que é da vítima.

Até então não havia sido noticiado o nome da vítima. O primeiro parágrafo atende à fórmula do *lead*, que explica as informações necessárias para a compreensão do crime, como o nome da vítima, moradora de qual cidade, e quando ocorreu o fato. A notícia em suas primeiras palavras destaca que Aline Kall, era da cidade de Alecrim, que ela foi vítima de feminicídio durante aquela quarta-feira, dia 11 de março, no município de Santa Rosa. Ainda no mesmo parágrafo há uma nova informação:

Seu ex-companheiro Andrei Ribas, Policial Civil na cidade de Santo Cristo, foi ao prédio onde a vítima estava na Rua Marquês do Erval na Vila Flores e segundo as primeiras informações ocorreu uma discussão, após, na frente do prédio Andrei puxou a arma e atirou na vítima, logo após cometeu suicídio.

Inicialmente destaca-se que a vítima estava em um prédio naquele local, além de que após uma discussão ser ele quem puxou a arma e atirou na vítima, cometendo suicídio posteriormente.

O parágrafo seguinte destaca que Andrei, faleceu no local, e que a jovem Aline, agora destacando sua idade, 29 anos, chegou a ser socorrida pela Brigada Militar devido à gravidade dos ferimentos e encaminhada pelo Corpo de Bombeiros até a UPA, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu. Neste mesmo parágrafo, surge mais uma informação de que “*ela deixa um filho qual tem síndrome de down*”, finalizando que Aline era enfermeira no Hospital Vida & Saúde, de Santa Rosa.

O último parágrafo salienta que os disparos foram escutados por moradores por volta das 20h. Que a Brigada Militar e a Polícia Civil estiveram no local, e que o Instituto de Perícia (IGP) foi quem realizou o levantamento.

No final da notícia há a foto de um homem, que em sua legenda é identificado como Andrei Ribas.

A notícia, que é a segunda a ser analisada, traz em seu título como personagem apenas a vítima, mas que indiretamente remete ao homem que cometeu o crime, já que em seu título tem a palavra feminicídio. Partindo para a notícia, o homem é caracterizado primeiramente como o ex-companheiro, e posteriormente a sua profissão. Nela não são citadas as motivações do crime, mas destaca-se que eles discutiram em frente ao prédio, onde ele atirou contra a mulher e após cometeu suicídio. Ao citar o prédio, cometeu-se um erro localizando-o na Rua Marquês do Erval, e não Herval, que é o correto. Ainda em sua narrativa, o crime também

pode ser caracterizada como premeditado, já que o homem possuía uma arma.

## 4.2.3 Panorama estadual

Figura 3 - Autor do crime continua sendo o personagem principal

s.com.br/seguranca/noticia/2020/03/policial-civil-mata-ex-companheira-e-se-suicida-em-santa-rosa-ck7odwx4p03ot01oa8wmge1hr.html

FEMINICÍDIO

# Policial civil mata ex-companheira e se suicida em Santa Rosa

Vítima foi atingida por um tiro em frente ao prédio onde morava

12/03/2020 - 04h10min  
Atualizada em 12/03/2020 - 06h42min

**EDUARDO PINZON**

Um policial civil matou a ex-companheira e cometeu suicídio na noite desta quarta-feira (11) em **Santa Rosa**, no **noroeste** do Rio Grande do Sul. O caso ocorreu por volta das 20h em frente ao prédio onde a mulher morava, no bairro Vila Flores.

O homem disparou pelo menos uma vez em direção à ex-companheira. A mulher deixa um filho de três anos.

Segundo o Comando Regional da **Brigada Militar** (BM), o homem, identificado como Andrei Ribas de Jesus, trabalhava como escrivão da **Polícia Civil** no município vizinho de **Santo Cristo**. Aline Kall era técnica em enfermagem e chegou a ser socorrida pelo **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência** (Samu), mas chegou sem vida ao hospital.

**Publicidade**



Sabor dos bons momentos

**MAIS LIDAS**

Corpus Christi: o que significa? É feriado nacional?

**LEIA MAIS**

Homicídios e atropelamentos têm queda em janeiro no RS, mas casos de feminicídio mais do que triplicam

Onde pedir ajuda contra a violência doméstica em Porto





## LEIA MAIS

Homicídios e latrocínios têm queda em janeiro no RS, mas casos de feminicídio mais do que triplicam 

Onde pedir ajuda contra a violência doméstica em Porto Alegre 

Casada, mãe e alvo de violência doméstica: o perfil das vítimas de feminicídio no RS 

Segundo o Comando Regional da [Brigada Militar](#) (BM), o homem, identificado como Andrei Ribas de Jesus, trabalhava como escrivão da [Polícia Civil](#) no município vizinho de [Santo Cristo](#). Aline Kall era técnica em enfermagem e chegou a ser socorrida pelo [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência](#) (Samu), mas chegou sem vida ao hospital.

O homem cometeu suicídio e morreu no local. A idade das vítimas ainda não foi informada.

Vizinhos relataram aos policiais que houve uma discussão em frente ao prédio entre Andrei e Aline. A BM não soube informar se o ex-casal tinha histórico de brigas ou ameaças. Além disso, não há informações de quanto tempo os dois estavam separados.

A Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento (DPPA) de Santa Rosa informou apenas que o caso foi registrado como [feminicídio](#). A investigação será feita Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam).

Para denunciar casos de violência contra a mulher use o [Disque 100](#) ou contate o [Disque-Denúncia](#) pelo telefone 181. Além disso, há os Centros de Referência da Mulher, delegacias especializadas e a Defensoria Pública.



## MAIS LIDAS

1  
Corpus Christi: o que significa? É feriado nacional?



2  
Novos números fazem Estado antecipar alertas sobre coronavírus e regiões devem receber bandeira vermelha



3  
Motéis apostam na privacidade e na falta de contato pessoal para ganhar mercado no pós-pandemia



4  
Interações por coronavírus batem novo recorde nas UTIs em Porto Alegre



5  
10 brechós virtuais gatichos para comprar peças estilosas e em conta pela internet



## RECOMENDADOS

Fonte: Gaúcha ZH

Ao amanhecer do dia seguinte, 12 de março, a notícia ganhou repercussão estadual. O portal on-line da Gaúcha e Zero Hora (GHZ), afiliada do Grupo Rede Brasil Sul de Comunicação - RBS, noticiou o crime que recebeu o título “*Policial civil mata ex-companheira e se suicida em Santa Rosa*”. A notícia foi escrita pelo repórter de ZH Eduardo Pinzon. Em sua linha de apoio há uma nova informação “*Vítima foi atingida por um tiro em frente ao prédio onde morava*”. Na notícia não há imagem para ilustrar.

O primeiro parágrafo atende à fórmula do *lead*, que explica as informações necessárias para a compreensão do crime, sobre quem, quando, como, onde, e que horas ocorreu o fato. A notícia destaca primeiramente que o “*policial civil foi quem matou a ex-companheira e depois cometeu suicídio na noite de quarta-feira (11) em Santa Rosa, no noroeste do do Rio Grande do Sul. Que o caso ocorreu por volta das 20h em frente ao prédio onde a mulher morava, no bairro Vila Flores*”.

O parágrafo seguinte destaca que o homem disparou pelo menos uma vez em direção à ex-companheira. Na notícia há uma nova informação, de que a mulher deixa um filho de três anos.

O terceiro parágrafo salienta que foi o Comando Regional da Brigada Militar (BM), que identificou o homem, Andrei Ribas de Jesus. Em seguida, traz uma nova informação, que o Andrei Ribas “*trabalhava como escrivão da Polícia Civil no município vizinho de Santo*

*Cristo*”. Aline Kall era técnica em enfermagem, citando em seguida que ela foi “*socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel e Urgência (Samu), mas chegou sem vida ao hospital*”.

Após é informado que o homem cometeu suicídio e morreu no local. Segundo a notícia a idade das vítimas ainda não havia sido informada.

O quinto parágrafo destaca que foram os vizinhos que relataram aos policiais sobre a discussão, que teria ocorrido em frente ao prédio, entre Andrei e Aline. A primeira fonte oficial a ser citada na notícia, foi a Brigada Militar, que não soube informar se o ex-casal tinha histórico de brigas ou ameaças, além de informações sobre quanto tempo os dois estavam separados.

O parágrafo seguinte, destacou que a Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento (DPPA) de Santa Rosa informou apenas que o caso foi registrado como feminicídio. E que a investigação seria feita pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam).

No último parágrafo são destacados números para denúncias de casos de violência:

Para denunciar casos de violência contra a mulher use o **Disque 100** ou contate o **Disque-Denúncia** pelo telefone 181. Além disso, há os Centros de Referência da Mulher, delegacias especializadas e a Defensoria Pública.

Esta notícia, a terceira analisada, traz em seu título também a profissão do homem e a condição da mulher como ex-companheira. É importante, um meio de comunicação de abrangência, principalmente, estadual, localizar a cidade que ocorreu o fato. Posteriormente em sua linha de apoio é destacada a mulher/vítima como personagem principal. Mas segundo as informações da Brigada Militar, a mulher não residia naquele condomínio, e sim seu atual namorado. Ao longo da notícia novamente o homem é caracterizado por sua profissão e a mulher como ex-companheira, sua profissão é divulgada somente no terceiro parágrafo. Esta é a primeira notícia em que não é divulgado a idade dos personagens. Além disso, esta também é a primeira notícia que cita as formas de denúncia de casos de violência contra a mulher, citando os disque-denúncias, além de destacar os Centro de Referência da Mulher, delegacias especializadas e a Defensoria Pública.

#### **4.2.4 Panorama nacional**



Figura 4 - Autor é considerado suspeito

**G1** RIO GRANDE DO SUL  BUSCAR

## Policia civil é suspeito de matar ex-companheira a tiros em Santa Rosa

Após o crime, homem se matou. Polícia trabalha com a hipótese de feminicídio seguido de suicídio.

Por André Pereira, RBS TV  
12/03/2020 10h38 - Atualizado há 3 meses





**G1** RIO GRANDE DO SUL  BUSCAR

A Polícia Civil investiga o caso de uma mulher, de 29 anos, que foi morta a tiros em Santa Rosa, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, na noite de quarta-feira (11). Segundo as autoridades, o suspeito do crime é um policial civil, ex-companheiro da vítima, que se matou após o crime. Ele tinha 38 anos.

Conforme informações da Polícia Civil, o casal estava em um apartamento, onde começaram a discutir. O crime ocorreu na calçada, em frente ao condomínio. Testemunhas ouviram vários disparos.

A mulher foi socorrida com vida, mas não resistiu aos ferimentos. A polícia ainda investiga as circunstâncias do crime, mas o caso é tratado, inicialmente, como feminicídio seguido de suicídio.

*(CORREÇÃO: ao publicar esta reportagem, o G1 errou ao informar no título que a cidade era Santo Cristo. O crime ocorreu em Santa Rosa. A informação foi corrigida às 11h)*

Fonte: G1 - Rio Grande do Sul

Na manhã do dia seguinte, 12 de março, às 10h38min a notícia ganhou repercussão nacional. Através do portal on-line do G1 - O portal de notícias da Globo, ela recebeu o título “Policia civil é suspeito de matar ex-companheira a tiros em Santa Rosa”. A notícia foi escrita pelo jornalista da RBS TV André Pereira. Em sua linha de apoio “Após o crime, homem se matou. Polícia trabalha com a hipótese de feminicídio seguido de suicídio”. Ela tem como ilustração a foto de uma calçada em frente a um prédio, com a seguinte legenda: “Crime ocorreu na calçada de um condomínio em Santa Rosa” ela é creditada por André Pereira/RBS TV.

O primeiro parágrafo atende à fórmula do *lead*, que explica as informações necessárias para a compreensão do crime, sobre o quê, quando, onde, nome da vítima e do autor do crime, além de conter fontes oficiais. Inicialmente é destacado que a Polícia Civil investiga o caso de uma mulher, de 29 anos, que foi morta a tiros em Santa Rosa, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, na noite de quarta-feira, 11 de março. E que segundo as autoridades, o suspeito do crime é um policial civil, ex-companheiro da vítima, que se matou após o crime. Informando posteriormente que ele tinha 38 anos.

O parágrafo seguinte, destaca as informações da Polícia Civil, de que o casal estava em um apartamento, onde começaram a discutir. Onde o crime, por sua vez, ocorreu na calçada, em frente ao condomínio. E que testemunhas ouviram vários disparos.

O terceiro e último parágrafo salienta que a mulher foi socorrida com vida, mas não resistiu aos ferimentos. Finalizando que polícia ainda investiga as circunstâncias do crime, mas que o caso é tratado, inicialmente, como feminicídio seguido de suicídio.

Ao final da notícia há uma correção, *“ao publicar esta reportagem, o G1 errou ao informar no título que a cidade era Santo Cristo. O crime ocorreu em Santa Rosa. A informação foi corrigida às 11h”*.

Esta notícia, a quarta analisada, traz em seu título também a profissão do homem e a condição da mulher como ex-companheira, mas diferente das outras traz o homem como suspeito, ou seja, nas anteriores já o colocam na categoria de criminoso, mesmo sem usar o termo. Assim como na linha de apoio, em que foi citado que a polícia trabalha com a hipótese de feminicídio e suicídio. É importante destacar também que, como o portal on-line G1 tem abrangência nacional, foi situada a cidade, região e estado em que fica localizada. O homem, por sua vez, não é caracterizado apenas como policial civil, mas também como o ex-companheiro da vítima. Assim como as outras notícias, aqui também houve um tipo de informação errada. Ao noticiar a cidade foi posto Santo Cristo ao invés de Santa Rosa, mas o que diferenciou das outras foi que ela teve correção, o que consta ao final dela que ocorreu esta correção e que horas ela foi.

#### **4.2.5 Estampado na contracapa**



**FEMINICÍDIO**

## Policial mata ex-namorada e se suicida




Aline Kall, 29 anos
Andrei Ribas, 39 anos

Santa Rosa registrou mais um caso de feminicídio. A tragédia ocorreu no começo da noite de quarta-feira, 11, por volta das 20h, num prédio residencial localizado na Rua Marques do Herval, Vila Flores. O policial civil Andrei Ribas, 39 anos, lotado na Delegacia de Polícia de Santo Cristo, matou com tiros de revólver Aline Kall, 29 anos, sua ex-namorada. Depois se suicidou. O SAMU foi acionado por populares. Aline chegou a ser socorrida, mas morreu no local. O autor do feminicídio era de Santo Ângelo e foi transferido para Santo Cristo. A vítima, por sua vez, já trabalhou no Hospital Vida & Saúde e atualmente trabalhava em Alecrim. Ela deixou um filho com Síndrome de Down.

A delegada Josiane Froehlich, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), atendeu a ocorrência.

## Tristeza e choro no Vida & Saúde

A morte de Aline Kall chocou colegas que atuaram com ela na UTI do Hospital Vida & Saúde nos últimos dois anos. Ela deixou a instituição no dia 24 de janeiro deste ano.

“A Técnica de Enfermagem sempre exerceu um belo serviço na UTI adulto, priorizando o cuidado com o paciente. Além de uma excelente profissional, também é lembrada pelos colegas como uma pessoa amável e dedicada. O Hospital está de luto, e neste momento doloroso para todos, expressa a solidariedade para a família de Aline Kall” frisou a direção do hospital através de nota distribuída à imprensa.

Colegas oraram no pátio do hospital em homenagem à memória de Aline Kall (foto).



Fonte: Jornal Noroeste | Edição de 13 de março de 2020.

Inicialmente tem como manchete a palavra feminicídio, desta forma tentando chamar atenção à notícia. Seu título é “*Policial mata ex-namorada e se suicida*”.

O primeiro parágrafo atende à fórmula do *lead*, que explica as informações necessárias para a compreensão do crime, como quando, onde, que horas e quem são os envolvidos do crime.

O primeiro parágrafo da notícia fala que o fato ocorreu em Santa Rosa. Local esse que registrou mais um caso de feminicídio. Posteriormente destaca que tragédia ocorreu no começo da noite de quarta-feira, 11, por volta das 20h, num prédio residencial localizado na Rua Marquês do Herval, Vila Flores. Salienta que o homem envolvido trata-se do policial civil, Andrei Ribas, de 39 anos, lotado na Delegacia de Polícia de Santo Cristo, que ele matou com tiros de revólver Aline Kall, 29 anos, sua ex-namorada e que depois se suicidou. Seguindo, destaca que o SAMU foi acionado pelos populares. E que Aline chegou a ser socorrida, mas morreu no local. Traz uma nova informação, de que o homem era de Santo

Ângelo e que havia sido transferido para Santo Cristo. Salienta que vítima, por sua vez, já trabalhou no Hospital Vida & Saúde e atualmente trabalhava em Alecrim. E por último destaca que ela deixou um filho com Síndrome de Down.

O segundo e último parágrafo destaca que é a delegada Josiane Froelich, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), que atendeu a ocorrência.

Ao lado direito da notícia há um box com o título “*Tristeza e choro no Vida & Saúde*”, dando a entender que é devido a morte da técnica em enfermagem que trabalhou no hospital Vida & Saúde, de Santa Rosa.

O primeiro parágrafo inicia identificando o motivo, “*A morte de Aline Kall chocou colegas que atuaram com ela na UTI do Hospital Vida & Saúde nos últimos dois anos. Ela deixou a instituição no dia 24 de janeiro deste ano*”. Posteriormente foi colocado, na íntegra, a nota de pesar distribuída à imprensa.

“A Técnica de Enfermagem sempre exerceu um belo serviço na UTI adulto, priorizando o cuidado com o paciente. Além de uma excelente profissional, também é lembrada pelos colegas como uma pessoa amável e dedicada. O Hospital está de luto, e neste momento doloroso para todos, expressa a solidariedade para a família de Aline Kall”

O último parágrafo destaca que os colegas oraram no pátio do hospital em homenagem à memória de Aline Kall (foto). Posteriormente foi inserida uma foto com pessoas naquilo que parece ser a área de convivência do Hospital Vida & Saúde, em ato de memória.

Esta é a primeira notícia de um jornal impresso, que circulou na sexta-feira, 13, posterior ao ocorrido. Ele trouxe em sua manchete a palavra feminicídio, justamente para chamar a atenção do leitor. Porém, ela ficou no canto inferior direito da contracapa. O jornal não diferiu muito do seu portal on-line. Em seu título caracterizou novamente o homem por sua profissão e a mulher como condição de ex-namorada. Além de finalizá-lo com a palavra suicídio. E por fim, o Jornal Noroeste não corrigiu o nome da delegada da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) Joseane Froelich, continuando no mesmo erro - Josiane - quando postado em sua versão on-line, na quarta-feira, 11 de março.

### **4.3 Compromissos do jornalismo ao noticiar o feminicídio**

Ao fazer esta análise, pretendeu-se observar os relatos nas constituições de significados em contexto, insistindo na necessidade de observar o texto narrativo no ato de

comunicação. Em que a narrativa é vista como uma composição discursiva. Motta (2013) contextualiza:

A análise pragmática do processo de comunicação narrativa requer, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência entre alguém que construiu argumentativamente sua expressão narrativa para induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme a sua intenção, (MOTTA, 2013, p. 127).

A teoria é que determina o que podemos observar, analisando de que maneira a comunicação produz significados da construção de acontecimentos relatados cotidianamente em todas as geografias e culturas, através de todos os tipos de meios e de como as pessoas compreendem, representam e constituem argumentativamente o mundo através das narrativas. Pois são os leitores que constroem significados a partir de informações que constam no texto da notícia, mas que também o fazem lembrar de outras informações de suas vivências, experiências, memória e cultura.

Para esta análise, foram escolhidas as teorias construcionistas, que têm como característica as notícias como construção. Em que é impossível estabelecer uma distinção entre a realidade e os *media* noticiosos, nos quais devem “refletir” essa realidade. Ao considerar as notícias como narrativas, não se nega o valor de considerá-las como correspondentes da realidade, e elas não negam que as notícias informam, além de os leitores aprenderem com elas. Para Traquina (2005) “A conceitualização das notícias como histórias da relevo a importância de compreender a dimensão cultural das notícias”, (TRAQUINA, 2005, p. 170). As teorias ainda defendem a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque neutra ela é impossível.

Nas teorias construcionistas, há a teoria da construção social – são elas as teorias estruturalista e interacionista, que são o resultado dos processos de interação social entre agentes sociais. Destacando a importância da cultura jornalística, estrutura dos valores-notícia, ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam. Por exemplo, a teoria estruturalista, defende que o processo de produção das notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade mas também como o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual. Além disso, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, por exemplo, e a ênfase dada a respostas das perguntas “quem?”, “o que?”, “onde?” e “quando?”. Que tem a necessidade de selecionar, excluir,

acentuar diferentes aspectos do acontecimento.

Ao fazer uma notícia, destaca-se que ela, em sua grande maioria, é redigida em terceira pessoa, com uma linguagem descritiva, direta e objetiva, tentando produzir o efeito de realidade e de veracidade. Tendo uma cronologia no enredo, que costuma apresentar-se invertida, começando muitas vezes pelo final, quando o incidente é reportado, e só depois as causas e antecedentes são trazidos a público. Motta (2013) destaca que “Na narrativa jornalística é importante situar temporalmente o evento: o lide e o corpo da matéria reiteram sempre quando as circunstâncias anteriores ocorreram e/ou quando as posteriores poderão vir a ocorrer”, (p. 112).

Todas as notícias analisadas possuíam o lide, foram redigidas em terceira pessoa, tiveram linguagem descritiva, direta e objetiva, tentaram produzir o efeito de realidade e de veracidade e continham uma cronologia no enredo, começando pelo incidente que foi reportado, e posteriormente as causas e antecedentes.

A narrativa é um permanente jogo entre efeitos de real (veracidade) e outros efeitos de sentido (comoção, dor, compaixão). Nelas são utilizadas uma linguagem referencial para vincular sempre os fatos ao mundo físico. A retórica dessas narrativas estimula as intenções do narrador com as interpretações do receptor. Além disso, ela é um instrumento poderoso não apenas para relatar fatos, mas também para despertar ao público o interesse e a reflexão.

O primeiro movimento proposto por Motta (2013), *de compreender a intriga como síntese do heterogêneo*, tinha como objetivo compreender a construção, compreender a força na expressão narrativa. Percebendo como o enredo funcionava enquanto agente organizador das partes. Para isso foi necessário conhecer os encadeamentos básicos e os contornos da narrativa em análise, fazendo com que os significados do objeto revelem-se gradualmente.

O jornalista, em sua atividade diária, deve ouvir um grande número de pessoas, ou melhor, fontes, a fim de obter informações. Portanto o jornalista não pode se limitar a descrever apenas o que viu, mas precisa colher não apenas informações, mas informações corretas. As análises apresentaram erros grosseiros de redação, como troca de nomes, de ruas e de cidades. Ou seja, em todas as matérias houve algum tipo de informação errada do ponto de vista linguístico ou de informação mesmo.

Na mídia on-line e impressa do Jornal Noroeste, erraram o nome da delegada da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), que é Joseane e não Josiane. O seguinte, a mídia on-line Portal Plural News ao citar o prédio, citou como Rua Marquês do Erval, e não Herval, que é o correto. Posteriormente a Gaúcha ZH informou que Aline residia naquele condomínio, o que não é verdade, pois segundo informações da Brigada Militar quem

residia naquele condomínio era seu atual namorado. E por último, o site on-line do G1, noticiou que o crime ocorreu na cidade de Santo Cristo ao invés de Santa Rosa, diferenciando das outras, que ela teve correção.

O quarto movimento proposto por Motta (2013), *permitir ao conflito dramático se revelar*, tinha como objetivo descortinar preliminarmente os fios que ligam a trama em sequências temáticas e os episódios que a compuseram. Em que dominou-se de maneira mais consistente a essência dos significados da narrativa, deduzindo as comunicações narrativas.

O papel do jornalista é definido como de um observador que deve relatar com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais. No Jornal Noroeste, Portal Plural e Gaúcha ZH, não são citadas as motivações do crime, apenas que um homem matou a tiros uma mulher e que depois cometeu suicídio. Na matéria ainda é evidenciado que houve uma discussão entre os dois, e que talvez isso fosse uma possível motivação para o ato. O crime em sua narrativa pode ser caracterizado como premeditado, já que o homem possuía uma arma. O portal on-line G1 diferente dos outros meios de comunicação trouxe o homem como suspeito, ou seja, nas mídias anteriores já o colocam na categoria de criminoso, mesmo sem usar o termo, assim como foi usada a palavra hipótese para caracterizar o feminicídio e o suicídio. As três primeiras analisadas, em suas publicações, representaram a construção de opinião pública, emitindo suas opiniões perante o homem.

O quinto movimento proposto por Motta (2013), *personagem: metamorfose de pessoa a persona*, tinha como objetivo destacar o chamado frame dramático e seus conflitos. Onde o personagem assume um tipo, traços singulares que caracterizam certos sujeitos. Que foi o que aconteceu ao caracterizar Andrei Ribas e Aline Kall. Andrei foi caracterizado por sua profissão, policial civil. Exceto que, além da profissão, ele também foi caracterizado por sua condição de ex-companheiro no Portal Plural News e G1. Já Aline Kall foi caracterizada, em todas as notícias, como ex-companheira ou ex-namorada, sua profissão é divulgada apenas como mais uma informação.

Em temas como morte - sendo eles homicídio, feminicídio ou suicídio - de acordo com o Artigo 11 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o profissional, não pode divulgar informações “De caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”. Em todas as notícias analisadas, a palavra suicídio foi usada. Em sua grande maioria destacando que Andrei Ribas havia se suicidado, exceto o portal on-line G1, que trabalhou com a palavra hipótese.

Para a análise do termo feminicídio, foi usado o Minimanual do *Jornalismo Humanizado – Pt. I: Violência Contra a Mulher*, que destaca a importância de não romantizar

situações de abuso e violência contra mulher, nem buscar justificativas para a agressão. Nele é sugerido aos jornalistas que não substituam as qualificações, por exemplo, que o termo feminicídio, não seja substituído por “crime passional”. Em todas as notícias analisadas, foi usado o termo feminicídio.

O jornalista deve problematizar os fatos e criar mecanismos pela linguagem para problematizar questões centrais na sociedade, como o crime de feminicídio, por exemplo, ampliando o repertório e proporcionando ao público-alvo a reflexão necessária para com o conhecimento.

O portal de notícias on-line Gaúcha ZH foi a única que citou as formas de denúncia de casos de violência contra a mulher, com os respectivos números de disque-denúncias, além de destacar os Centro de Referência da Mulher, delegacias especializadas e a Defensoria Pública em casos de denúncia.

E o sexto movimento proposto por Motta (2013), *as estratégias argumentativas*, foi encontrado em todas as notícias, em que destacou-se que quem narrou sempre teve algum propósito, descobrindo dispositivos retóricos para o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos em seu processo de comunicação.

Durante a análise, e resgatando as teorias estruturalista e interacionista, em que o processo de produção das notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade mas também como o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual. A imagem que os jornais apresentaram, o caso de feminicídio, ao público ainda estão presos ao singular e às significações atribuídas pelo narrador, não oferecendo ao leitor subsídios necessários para uma reflexão sobre o tema.

Por fim, o Jornalismo sempre teve o dever, perante a sociedade, de relatar fatos, informar e despertar no público o interesse pela reflexão. E o jornalista, por sua vez, também tem o compromisso com a sociedade, tentando ao máximo ser imparcial, e não colocar suas próprias coações ao universo que pertence, falando sobre o que aconteceu/está acontecendo no mundo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente. Esta é a palavra que melhor define o meu objeto de pesquisa. Infelizmente, porque ele surgiu a partir de um caso de feminicídio. Como dito no início desta análise, foi a partir deste fato, ocorrido em Santa Rosa, que me senti motivada a reunir as narrativas dos jornais e sites da Região Noroeste, e analisar como este caso foi relatado.

No segundo capítulo, por exemplo, foram discutidas as desigualdades de gênero nos contextos social, bíblico e científico. Destacando as fases em que o homem poderia castigar a mulher e até assassiná-la. Mulheres estas que não tinham voz e eram submissas. Ao longo dos anos isso começou a mudar, principalmente a partir do momento em que as mulheres foram atrás dos seus direitos pelo voto, pelo o trabalho, e pela equidade perante o masculino e o feminino. Também foram abordados aspectos legais do tema e as leis brasileiras, o que tornou possível denunciar, aqueles que cometessem quaisquer crimes contra as mulheres. Mas apesar de todas estas lutas, debates e leis, feitos durante séculos, os homens ainda continuam tratando as mulheres de forma inferiorizada e violenta, tirando suas vozes e inclusive suas vidas. Durante o primeiro semestre de 2020, o município de Santa Rosa, registrou um feminicídio e uma tentativa, quando não deveria ocorrer nenhum.

Esta análise não foi somente positiva, mas necessária. Aliás não posso falar sobre feminicídio, sem citar uma das melhores, e mais didáticas, leituras, de autoria de Ana Maria Kolling. Destaco também o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, diz em seu artigo primeiro, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

No terceiro capítulo, por exemplo, foi destacada a principal característica no jornalismo, que é a ética na comunicação. O jornalista, desde o início da sua produção, tenta seguir normas e técnicas, sendo elas de organização e de ética. Cabe a esse profissional escolher a melhor forma de como o assunto será abordado, noticiado e informado. Ao analisar foi difícil ver que, tanto os veículos de comunicação municipais, estaduais e nacionais, caracterizam o assassino, em um primeiro momento, como o policial civil, e não como o homem ou o ex-namorado. Assim como a vítima, que não foi narrada por sua profissão, mas sim como a ex-namorada. Quando a profissão dela, que é tão importante quanto a do homem, neste momento, neste caso, não foi trazido e não foi mostrado. Ela foi menosprezada em detrimento de ser mulher. Ao analisa-los foi importante a reflexão, e entender qual é a nossa prática, de que forma estamos rotulando ou classificando as pessoas.

Mas posso destacar que fico feliz com as construções das matérias que contextualizam esta análise, pois todas usaram o termo Femicídio em sua narrativa. Termo este que, apesar de não ser muito conhecido na Região Noroeste, não pode ser substituído por palavras de “mais fácil” compreensão. Sobre o termo ainda ser desconhecido por muitos, pode ser por dois motivos, o primeiro, por não ocorrer muitos casos, ou segundo, e mais provável motivo, o machismo.

Ao noticiar e analisar o caso Aline Kall, frases machistas foram ouvidas, como por exemplo, de que o pai do seu filho era um, tinha o ex - Andrei - e “já” estava com outro. Ou até mesmo, falando sobre o que Aline deveria ter feito para Andrei. Desta forma, citando motivos pela sua morte pelo seu ex-companheiro. E como se a mesma não tivesse direito de fazer o que quisesse de sua vida. E é com esta monografia, que percebo o quanto esse debate é importante para o entendimento e construção do mundo e da realidade que vivemos.

Assim como a sociedade, o Jornalismo também está em constante transformação. Na Região Noroeste, por exemplo, tanto a sociedade como os meios de comunicação estão mais dispostas a debater questões de gênero. Sim, infelizmente como dito no parágrafo anterior, ainda há frases machistas, mas isso está sendo desconstruindo ao longo dos anos. O Jornalismo, por sua vez, está fazendo através da sua narrativa, mudando, se atualizando e principalmente evoluindo. A forma da narrativa, talvez deva-se pela implementação de um curso há cerca de 25 anos nesta região.

O Jornalismo deve ser fonte de informação, conhecimento, compreensão e reflexão sobre a realidade, que vai além das simples perguntas quem, o quê, quando, onde, como e por quê. É através dele, que infelizmente, temos que noticiar fatos que não queríamos, como é o caso dos feminicídios. Mas que, ao ocorrerem, devemos usar esse meio para as reflexões e debates, tocando nesta ferida social que é o machismo, a violência e a morte de mulheres por questão de gênero.



## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio Weber. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: < <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/> > Acesso em: 19 de abril de 2020.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm) > Acesso em: 22 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.106. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 7 de dezembro de 1940 Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art240](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art240) > Acesso em: 22 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340. **Diário Oficial da União**. Brasília. DF. 7 de agosto de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) > Acesso em: 11.340.

BRASIL. Lei nº 13.104. **Diário Oficial da União**. Brasília. DF. 9 de março de 2015 Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm) > Acesso em: 12 de maio de 2020.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Feminicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista, Sistema Penal & Violência**. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito do Programa de PósGraduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)*. Porto Alegre, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência**. 1998. Disponível em: < <https://teoriaedebate.org.br/1998/10/01/etica-e-violencia/> > Acesso em: 09 de junho de 2020.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ed. UFGD, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2648/1/tempos-diferentes-discursos-iguais-a-construcao-historica-do-corpo-feminino-ana-maria-colling-1.pdf> > Acesso em: 21 de maio de 2020.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> > Acesso em: 14 de maio de 2020.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística**. 5ª edição. São Paulo, Summus Editorial, 1986. Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?id=mcIWkbn98K4C&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=mcIWkbn98K4C&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false) > Acesso em: 09 de junho de 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. **Disponível em**: < <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm> > **Acesso em**: 22 de junho de 2020.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. **Disponível em**: < <http://www.pucrs.br/edipucrs/conceitoehistoria.pdf> > **Acesso em**: 04 de maio de 2020.

IDENTIFICADA vítima de feminicídio em Santa Rosa. **Portal Plural News**. Santa Rosa, 12 de março de 2020. **Disponível em**: < <https://portalplural.com.br/identificada-vitima-de-femicidio-em-santa-rosa/> > **Acesso em**: 15 de junho de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da Violência de 2019**. **Disponível em**: < [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784) > **Acesso em**: 25 de maio de 2020.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. Por los derechos humanos de las mujeres: la Ley General de Acceso de las Mujeres a una vida libre de violencia. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. XLIX, n. 200, p. 143-165, maio-ago, 2007. **Disponível em**: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275/13455> > **Acesso em**: 14 de maio de 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. **Disponível em**: < [https://www.academia.edu/36843738/An%C3%A1lise\\_Cr%C3%ADtica\\_da\\_Narrativa\\_-\\_Luiz\\_Gonzaga\\_Motta](https://www.academia.edu/36843738/An%C3%A1lise_Cr%C3%ADtica_da_Narrativa_-_Luiz_Gonzaga_Motta) > **Acesso em**: 12 de junho de 2020.

Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo - OAB/SP. **O Caso Doca Street**. **Disponível em**: < <http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-caso-doca-street> > **Acesso em**: 22 de maio de 2020.

ONG Think Olga. **Minimanual do Jornalismo Humanizado Pt. I: Violência Contra a Mulher**, 2016. **Disponível em**: < <https://olga-project.herokuapp.com/2016/05/30/minimanual-do-jornalismo-humanizado-pt-i-violencia-contra-a-mulher/> > **Acesso em**: 09 de junho de 2020

ONU Mulheres. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. **Disponível em**: < <https://www.tjms.jus.br/violenciadomestica/arquivos/publicacoes/13.Versaofinal-LivroDiretrizesNacionaisFemicidio.pdf> > **Acesso em**: 20 de julho de 2020.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. **Livros IV e V**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1870. **Disponível em**: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> > **Acesso em**: 22 de maio de 2020.

**PANORAMA da violência contra as mulheres no Brasil**: indicadores nacionais e estaduais. 2 edição. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018. **Disponível em**: < <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf> > **Acesso em**: 27 de maio de 2020.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PEREIRA, André. Policial civil é suspeito de matar ex-companheira a tiros em Santa Rosa. **G1**, Santa Rosa, 12 de março de 2020. **Disponível em:** < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/12/policial-civil-e-suspeito-de-matar-ex-companheira-a-tiros-em-santo-cristo.ghtml> > **Acesso em:** 15 de junho de 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Porto Alegre, 2010. **Disponível em:** < <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> > **Acesso em:** 08 de maio de 2020.

PINZON, Eduardo. Policial civil mata ex-companheira e se suicida em Santa Rosa. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 12 de março. **Disponível em:** < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/03/policial-civil-mata-ex-companheira-e-se-suicida-em-santa-rosa-ck7odwx4p03ot01oa8wmge1hr.html> > **Acesso em:** 15 de junho de 2020

POLICIAL civil mata a ex-namorada e comete suicídio. **Jornal Noroeste**, Santa Rosa, 11 de março de 2020. **Disponível em:** < <https://jornalnoroste.com.br/noticia/policia/policial-civil-mata-a-ex-namorada-e-comete-suicidio-em-santa-rosa> > **Acesso em:** 15 de junho de 2020.

PONTES, Felipe Simão, **Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos**. Florianópolis, Santa Catarina, 2009.

ROMIO, Jaqueline. Com Ciência. **Revista eletrônica de jornalismo científico**. Campinas, Unicamp, 2017. **Disponível em:** < <http://www.comciencia.br/a-mortalidade-feminina-por-feminicidios/> **Acesso em:** 14 de maio de 2020.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Indicadores da Violência Contra a Mulher**. **Disponível em:** < <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher> > **Acesso em:** 19 de maio de 2020.

SILVA, Rodrigo Carvalho. **História do Jornalismo: evolução e transformação**.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda., 1999. **Disponível em:** < [https://books.google.com.br/books/about/Hist%C3%B3ria\\_da\\_imprensa\\_no\\_Brasil.html?id=GmRTJgaQ1WkC&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Hist%C3%B3ria_da_imprensa_no_Brasil.html?id=GmRTJgaQ1WkC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false) > **Acesso em:** 04 de maio de 2020.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2ª ed. Florianópolis, Insular, 2005. **Disponível em:** < <https://www.passeidireto.com/arquivo/46096607/162189290-124578846-teorias-do-jornalismo-vol-1-nelson-traquina-completo-1> > **Acesso em:** 12 de maio de 2020.